

Unipar

Faz a química acontecer



Unipar Carbocloro S.A

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em IFRS, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente

Índice

Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	12
Demonstração do valor adicionado	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14
Relatório as Administração	83
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras	87
Declaração da Diretoria sobre o Parecer dos Auditores Independentes.....	88
Parecer do Comitê de Auditoria.....	89
Parecer do Conselho Fiscal.....	90

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas da

Unipar Carbocloro S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução

de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e de suas controladas serem dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e dos seus sistemas e aplicações, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia da informação (“controles gerais de TI”) implementados pela Companhia para os sistemas e aplicações por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A avaliação dos controles gerais de TI incluiu procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia. Envolvermos profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução desses procedimentos.

No que se refere aos controles sobre os acessos lógicos, analisamos o processo de autorização e de concessão de novos usuários, acessos de administradores, revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários. Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia da informação.

No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas e aplicações foram devidamente autorizadas, testadas e aprovadas pela diretoria da Companhia e se a segregação de funções entre os desenvolvedores e implementadores foi aplicada. Adicionalmente, analisamos o processo de gestão das operações, desenho e operação dos controles de concessão, de revisão e modificação de acessos lógicos, com foco nas políticas para realização de procedimentos de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

Nossos testes do desenho e da operação dos controles gerais de TI e dos controles de aplicativos considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas

demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia - ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva

razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais

assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2025.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC-SP-034519/O

Eduardo Jones

Contador CRC-SP-290707/O

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	486.894	779.328	845.342	1.343.204
Aplicações financeiras	5	353.435	334.142	739.440	794.837
Contas a receber de clientes	6	201.623	220.661	590.028	341.044
Impostos a recuperar	7	15.759	22.818	296.058	249.869
Estoques	8	57.499	61.156	410.075	281.966
Despesas antecipadas	-	27.390	2.245	29.927	3.957
Créditos com Empresas Ligadas	10	18.340	37.177	-	-
Outros ativos circulantes	11	13.207	25.603	22.096	28.780
		1.174.147	1.483.130	2.932.966	3.043.657
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	7.872	-	7.872
Contas a receber de clientes	6	14.646	-	-	-
Impostos a recuperar	7	18.866	9.482	476.989	532.782
Estoques	8	36.044	29.916	72.226	66.222
Depósitos judiciais	9	27.728	26.187	27.837	26.296
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	220	-
Créditos com Empresas Ligadas	10	232.710	193.628	-	-
Outros ativos não circulantes	11	-	-	9.296	9.293
		329.994	267.085	586.568	642.465
Investimentos	12	3.557.942	3.062.162	194.739	190.370
Imobilizado	13	1.427.018	1.011.645	3.077.639	2.196.975
Intangível	14	286.536	288.746	308.575	313.137
Ativos de direito de uso	15	11.302	9.887	11.302	9.887
		5.282.798	4.372.440	3.592.255	2.710.369
		5.612.792	4.639.525	4.178.823	3.352.834
Total do ativo		6.786.939	6.122.655	7.111.789	6.396.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	126.494	65.272	460.244	317.795
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	283.334	404.151	95.286	415.411
Arrendamento por direito de uso	15	1.655	948	1.655	948
Salários e encargos sociais	18	63.268	54.524	168.639	126.214
Imposto de renda e contribuição social	22	429	46.496	25.863	57.060
Outros impostos e contribuições a pagar	23	31.943	30.938	53.414	62.523
Dividendos a pagar	32	48.788	110.416	48.788	110.416
Demandas judiciais	20	845	963	1.539	2.730
Energia elétrica	19	11.168	19.734	62.681	63.342
Passivo ambiental	21	590	840	16.617	19.361
Outros passivos circulantes		61.985	40.579	84.032	114.384
		630.499	774.861	1.018.758	1.290.184
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	2.857.699	2.377.999	2.210.733	1.636.010
Arrendamento por direito de uso	15	10.308	9.018	10.308	9.018
Salários e encargos sociais	18	3.698	6.984	4.032	7.483
Imposto de renda e contribuição social	22	5.614	5.133	5.614	5.133
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	441.665	398.628	942.927	757.337
Outros impostos e contribuições a pagar	23	-	3.449	-	7.445
Obrigações com benefícios aos empregados	24	4.535	2.606	24.152	31.799
Demandas judiciais	20	22.978	27.434	30.069	36.533
Energia elétrica	19	2.103	79.668	3.310	126.157
Passivo ambiental	21	6.793	5.995	36.419	32.993
Outros passivos não circulantes		10.590	8.547	11.538	8.547
		3.365.983	2.925.461	3.279.102	2.658.455
Patrimônio líquido					
Capital social	25	1.170.110	927.877	1.170.110	927.877
Ações em tesouraria	25(d)	(22.080)	(28.276)	(22.080)	(28.276)
Reservas de Capital	-	3.819	1.413	3.819	1.413
Reservas de lucros	26	1.392.556	1.521.186	1.392.556	1.521.186
Reservas de instrumentos patrimoniais outorgados	-	9.541	10.007	9.541	10.007
Outros resultados abrangentes	-	236.511	(9.874)	236.511	(9.874)
Atribuído à participação dos controladores		2.790.457	2.422.333	2.790.457	2.422.333
Participação dos não controladores		-	-	23.472	25.519
Total do patrimônio líquido		2.790.457	2.422.333	2.813.929	2.447.852
Total do passivo e patrimônio líquido		6.786.939	6.122.655	7.111.789	6.396.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	27	1.779.132	1.917.711	5.431.599	4.897.288
Custo dos produtos vendidos	28	(839.774)	(832.740)	(3.958.998)	(3.199.994)
Lucro bruto		939.358	1.084.971	1.472.601	1.697.294
Despesas com vendas	28	(92.442)	(105.455)	(270.857)	(227.927)
Despesas administrativas	28	(264.979)	(248.632)	(556.901)	(445.956)
Resultado de equivalência patrimonial	12	247.624	412.017	(29.553)	13.501
Outras despesas operacionais, líquidas	29	44.551	(39.512)	9.729	(57.278)
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		874.112	1.103.389	625.019	979.634
Resultado financeiro líquido	30	(175.002)	(164.298)	159.025	185.827
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		699.110	939.091	784.044	1.165.461
Imposto de renda e contribuição social	22	(143.514)	(151.583)	(226.926)	(374.188)
Lucro líquido do exercício		555.596	787.508	557.118	791.273
Lucro atribuído a:					
Participação dos controladores				555.596	787.508
Participação dos não controladores				1.522	3.765
Lucro por ação (expressos em reais)	31				
Ordinárias		4,7291	7,1420		
Preferenciais "A"		5,2025	7,8563		
Preferenciais "B"		5,2020	7,8563		

Unipar Carbocloro S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	555.596	787.508	557.118	791.273
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	11.421	(6.107)	11.345	(6.178)
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas	19.072	(11.580)	18.955	(11.687)
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	(6.455)	3.581	(6.414)	3.617
Ganhos (Perda) atuariais de plano de benefícios pós emprego da Companhia	(1.812)	2.867	(1.812)	2.867
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego da Companhia	616	(975)	616	(975)
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	234.964	(412.845)	231.471	(416.472)
Efeito da Cisão em controlada direta Indupa Argentina	7.206	-	-	-
Tributos diferidos sobre os efeitos da Cisão em controlada direta Indupa Argentina	(2.450)	-	(2.450)	-
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	223.772	383.220	226.848	386.595
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior	6.436	(796.065)	7.073	(803.067)
Total do resultado abrangente do exercício	801.981	368.556	799.934	368.623
Resultado abrangente total atribuível a:				
Participação dos controladores			801.981	368.556
Participações de não controladores			(2.047)	67
			799.934	368.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de instrumentos patrimoniais outorgados	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Em 31 de dezembro de 2022	<u>927.877</u>	<u>(31.039)</u>	<u>814</u>	<u>5.660</u>	<u>1.010.773</u>	<u>403.319</u>	<u>-</u>	<u>2.317.404</u>	<u>37.929</u>	<u>2.355.333</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	787.508	787.508	3.765	791.273
Recompra de ações em tesouraria	-	(1.582)	-	-	-	-	-	(1.582)	-	(1.582)
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	-	-	2.544	-	-	2.544	-	2.544
Dividendos intermediários (Nota 32)	-	-	-	-	(82.896)	-	(156.729)	(239.625)	-	(239.625)
Dividendos propostos (Nota 32)	-	-	-	-	-	-	(40.014)	(40.014)	-	(40.014)
Compra de participação de acionistas não controladores em controlada - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	5.759	-	5.759	(12.477)	(6.718)
Concessão de ações	-	4.345	(191)	(6.520)	-	-	-	(2.366)	-	(2.366)
Constituição de reservas (Nota 26)	-	-	790	10.867	590.765	-	(590.765)	11.657	-	11.657
Efeito de transações com acionistas - líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(418.952)	-	(418.952)	(3.698)	(422.650)
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas	-	-	-	-	-	(11.580)	-	(11.580)	(107)	(11.687)
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	-	-	-	-	-	3.581	-	3.581	36	3.617
Ganhos (Perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	2.867	-	2.867	-	2.867
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	(975)	-	(975)	-	(975)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	-	-	383.220	-	383.220	3.375	386.595
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior	-	-	-	-	-	(796.065)	-	(796.065)	(7.002)	(803.067)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>927.877</u>	<u>(28.276)</u>	<u>1.413</u>	<u>10.007</u>	<u>1.521.186</u>	<u>(9.874)</u>	<u>-</u>	<u>2.422.333</u>	<u>25.519</u>	<u>2.447.852</u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de instrumentos patrimoniais outorgados	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total da participação dos acionistas da Companhia	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Em 31 de dezembro de 2023	<u>927.877</u>	<u>(28.276)</u>	<u>1.413</u>	<u>10.007</u>	<u>1.521.186</u>	<u>(9.874)</u>	<u>-</u>	<u>2.422.333</u>	<u>25.519</u>	<u>2.447.852</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	555.596	555.596	1.522	557.118
Cancelamento de ações em tesouraria (Nota 25 (d))	-	64.973	-	-	(64.973)	-	-	-	-	-
Aumento do capital social (em 18/04/2024)	242.233	-	-	-	(242.233)	-	-	-	-	-
Recompra de ações em tesouraria (Nota 25 (d))	-	(62.223)	-	-	-	-	-	(62.223)	-	(62.223)
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	-	-	31.288	-	-	31.288	-	31.288
Dividendos intermediários (Nota 26 (c))	-	-	-	-	(171.302)	-	-	(171.302)	-	(171.302)
Dividendos propostos (Nota 32)	-	-	-	-	-	-	(237.006)	(237.006)	-	(237.006)
Concessão de ações	-	3.446	(638)	(6.916)	-	-	-	(4.108)	-	(4.108)
Constituição de reservas (Nota 26)	-	-	3.044	6.450	318.590	-	(318.590)	9.494	-	9.494
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	246.385	-	246.385	(3.569)	242.816
Ganhos (perdas) atuariais de plano de benefícios pós emprego de controladas	-	-	-	-	-	19.072	-	19.072	(117)	18.955
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego de controladas	-	-	-	-	-	(6.455)	-	(6.455)	41	(6.414)
Ganhos (Perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	(1.812)	-	(1.812)	-	(1.812)
Imposto de renda e contribuição social sobre ganhos (perdas) atuariais de planos de benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	616	-	616	-	616
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	-	-	223.772	-	223.772	3.076	226.848
Ajuste na conversão de informações financeiras de controlada no exterior	-	-	-	-	-	6.436	-	6.436	637	7.073
Efeito da Cisão em controlada direta Indupa Argentina	-	-	-	-	-	7.206	-	7.206	(7.206)	-
Tributos diferidos sobre os efeitos da Cisão em controlada direta Indupa Argentina	-	-	-	-	-	(2.450)	-	(2.450)	-	(2.450)
Em 31 de dezembro de 2024	<u>1.170.110</u>	<u>(22.080)</u>	<u>3.819</u>	<u>9.541</u>	<u>1.392.556</u>	<u>236.511</u>	<u>-</u>	<u>2.790.457</u>	<u>23.472</u>	<u>2.813.929</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	699.110	939.091	784.044	1.165.461
Depreciação e amortização	137.089	117.942	321.624	246.733
Amortização de ativos de direito de uso	1.354	244	1.354	244
Efeito da Aplicação do IAS 29 (Hiperinflação)	-	-	(98.817)	146.147
Baixas de ativos	2.855	3.046	5.366	3.182
Provisões (reversão) para demandas judiciais	(5.016)	12.581	(6.425)	8.781
Provisão de contingências ambientais	1.447	1.402	10.889	7.138
Provisão (Reversão) de juros, variações cambiais e outros encargos sobre empréstimos e outros créditos com empresas ligadas	329.901	258.496	301.578	(43.631)
Provisão (Reversão) de correção monetária sobre créditos PIS COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo	-	(243)	(27.786)	(41.085)
Provisão de juros sobre arrendamento mercantil	1.509	174	1.509	174
Provisão para perdas de crédito esperadas	(380)	233	(1.036)	(1.372)
Provisão (reversão) para desvalorização dos estoques	1.264	(836)	(746)	(15.227)
Provisão (Reversão) de encargos de energia elétrica	(79.668)	-	(126.157)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(247.624)	(412.017)	29.553	(13.500)
Pagamento baseado em ações	6.450	10.867	6.450	10.867
Provisão (Reversão) de Planos de Benefícios aos Empregados	248	-	3.986	-
Provisão de despesas com reorganização	-	-	12.786	-
Outros	-	7	-	7
	848.539	930.987	1.218.172	1.473.919
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	4.772	38.109	(247.948)	202.044
Impostos a recuperar	(27.484)	42.846	14.198	83.114
Estoques	(3.735)	(3.250)	(172.509)	161.934
Outros ativos	(14.151)	(1.304)	(20.530)	2.437
Fornecedores	14.652	2.554	98.065	(41.979)
Salários e encargos sociais	5.458	(2.939)	38.974	(62.530)
Impostos, taxas e contribuições	(3.354)	(28.742)	(17.464)	(39.474)
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	(12.470)	(36.321)	(196.203)
Obrigações de benefícios aos empregados	(131)	(583)	6.586	(8.419)
Outros passivos	15.464	(17.181)	(50.391)	(31.543)
	(8.509)	17.040	(387.340)	69.381
Caixa gerado pelas atividades operacionais	840.030	948.027	830.832	1.543.300
Imposto de renda e contribuição social pagos	(126.206)	(392.748)	(138.105)	(478.176)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	713.824	555.279	692.727	1.065.124
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras líquidas de resgates	(11.421)	227.292	63.268	209.138
Compras de imobilizado e intangível	(490.858)	(238.753)	(670.902)	(412.374)
Aquisição de participação de minoritários em empresa controlada	-	(3.632)	-	(3.632)
Aquisição de participação em empresa controlada em conjunto	-	(804)	-	(804)
Principal e Juros recebidos - Créditos com empresas ligadas	41.778	5.601	-	-
Aporte de capital em empresa investida	(933)	-	(15.000)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimento	(461.434)	(10.296)	(622.634)	(207.672)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de Empréstimos/ Debêntures	(1.142.857)	(79.147)	(1.266.365)	(89.995)
Pagamento de juros e outros encargos sobre empréstimos	(350.314)	(151.869)	(353.092)	(153.800)
Pagamento de arrendamentos por direito de uso	(1.240)	(190)	(1.240)	(190)
Pagamento de juros sobre arrendamentos por direito de uso	(1.551)	(184)	(1.551)	(184)
Dividendos pagos	(438.648)	(345.392)	(438.648)	(345.392)
Captação de empréstimos e financiamentos	1.452.009	750.000	1.565.024	750.006
Recompra de ações em tesouraria	(62.223)	(1.582)	(62.223)	(1.582)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(544.824)	171.636	(558.095)	158.863
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior	-	-	(9.860)	(75.233)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(292.434)	716.619	(497.862)	941.082
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	779.328	62.709	1.343.204	402.122
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	486.894	779.328	845.342	1.343.204

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços	2.251.421	2.428.902	6.652.574	6.040.243
Resultado na venda de ativos imobilizados e outros	(630)	(3.445)	(6.978)	(8.350)
Provisão para perdas de crédito esperadas	380	(233)	1.036	1.372
	2.251.171	2.425.224	6.646.632	6.033.265
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(728.081)	(733.232)	(3.611.778)	(3.104.407)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(418.217)	(369.662)	(843.566)	(703.538)
Perda/recuperação de valores ativos	(1.264)	836	(1.264)	3.954
	(1.147.562)	(1.102.058)	(4.456.608)	(3.803.991)
Valor adicionado bruto	1.103.609	1.323.166	2.190.024	2.229.274
Depreciação e amortização	(138.443)	(118.186)	(322.978)	(246.977)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	965.166	1.204.980	1.867.046	1.982.297
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial	247.624	412.017	(29.553)	13.500
Receitas financeiras	249.577	81.846	616.500	356.608
Outros	50.675	(7.735)	96.519	(8.290)
Valor adicionado total a distribuir	1.513.042	1.691.108	2.550.512	2.344.115
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(123.960)	(121.819)	(518.690)	(357.055)
Benefícios	(45.105)	(39.530)	(120.303)	(86.395)
FGTS	(9.578)	(5.518)	(93.671)	(45.824)
	(178.643)	(166.867)	(732.664)	(489.274)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(208.767)	(247.402)	(426.787)	(686.623)
Estaduais	(141.666)	(210.635)	(286.629)	(292.855)
Municipais	(3.469)	(2.995)	(8.016)	(8.411)
	(353.902)	(461.032)	(721.432)	(987.889)
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações cambiais	(416.436)	(241.403)	(439.319)	(19.243)
Aluguéis	(820)	(2.210)	(845)	(2.238)
Outros	(7.645)	(32.088)	(99.134)	(54.198)
	(424.901)	(275.701)	(539.298)	(75.679)
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	(237.006)	(196.743)	(237.007)	(196.743)
Lucros retidos	(318.590)	(590.765)	(318.589)	(590.765)
Participação de não controladores	-	-	(1.522)	(3.765)
	(555.596)	(787.508)	(557.118)	(791.273)
Valor adicionado distribuído	(1.513.042)	(1.691.108)	(2.550.512)	(2.344.115)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327 – 22º andar. Itaim Bibi - São Paulo– SP. As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sobre os códigos UNIP3, UNIP5 e UNIP6.

A Unipar tem como atividades preponderantes a fabricação de cloro, derivados de cloro, soda cáustica e PVC (policloreto de vinila).

A Unipar é controlada pela Vila Velha S.A. Administração e Participações ("Vila Velha"). Em 31 de dezembro de 2024 a Vila Velha possui 17,69% (em 31 de dezembro de 2023 – 17,52%) do capital total da Unipar, sendo que deste percentual de participação tem 51,13% de suas ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2023 – 50%).

A Unipar é controladora da Unipar Indupa S.A.I.C. ("Indupa Argentina") e detém ações que representam 96,21% em 31 de dezembro de 2024 após reorganização societária (em 31 de dezembro de 2023 – 98,72%) do seu capital votante. Em sua operação, a Indupa Argentina possui uma unidade industrial localizada na cidade de Bahía Blanca com capacidade instalada para produção de 240 mil toneladas de PVC e 186 mil toneladas de soda caustica.

A Indupa Argentina também é detentora de 58% do capital social total da Solalban Energía S.A. ("Solalban"), empresa argentina que possui ativos de geração de energia naquele país.

A Unipar constituiu no início de 2024 a empresa denominada Unipar Participaciones S.A.U. ("Unipar Participaciones"), com sede em Buenos Aires, Argentina. Em 10 de abril de 2024 foi concluído o processo de reorganização societária das empresas do grupo mediante o processo de cisão parcial da Indupa Argentina, aprovada pela autoridade competente Inspección General de Justicia onde foi cindido para a Unipar Participaciones o equivalente a 100% do patrimônio da Unipar Indupa do Brasil S.A. ("Indupa Brasil"). Em 31 de dezembro de 2024 a Unipar Participaciones detém ações representativas de 100% do capital social votante e total da Indupa Brasil.

A Indupa Brasil é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1327 – 22º andar. A Indupa Brasil possui uma unidade industrial em Santo André/SP, onde produz e distribui produtos químicos e petroquímicos (PVC, soda cáustica, ácido clorídrico, hipoclorito de sódio, ácido sulfúrico e hidrogênio), com capacidade anual de produção de 300 mil toneladas de PVC e 180 mil toneladas de soda ("Informações não auditadas pelos auditores independentes").

A Indupa Brasil detém 10% da participação acionária na Veleiros Holdings S.A., empresa de geração de energia eólica desenvolvida no complexo eólico Cajuína nas cidades de Lajes, Pedro Avelino, Angicos e Fernando Pedroza, no Estado do Rio Grande do Norte, com capacidade total de geração de energia eólica de 90 mw, o que assegura 38 mw médios à Indupa Brasil. A operação teve início em janeiro de 2024.

A Companhia também possui investimento em controlada em conjunto ("Joint Venture") com a Auren Energia S.A ("AUREN"), anteriormente AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") incorporada em 30 outubro de 2024 pela AUREN), por meio de sua participação de 50% das ações da AES Tucano Holding III S.A. ("Tucano III"). Inaugurado em outubro de 2023, o complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia, com capacidade de geração de energia eólica de 155 mw, o que assegura 68 mw médios à Companhia, conforme Acordo de Investimento firmado com a AES Tietê.

A Unipar possui 10% de participação acionária nas Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") denominadas Lar do Sol I, Lar do Sol II e Lar do Sol III, empresas de geração de energia solar,

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

localizada na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais, com capacidade total de geração de energia eólica de 105 mw o que assegura 49 mw médios à Unipar Com início de suas operações em abril de 2023.

Projetos de expansão

A Companhia concluiu em dezembro de 2024, a fase 1 do projeto de construção de uma nova planta para a produção de cloro/soda e derivados no Polo Petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia em modelo *greenfield*, com capacidade de produção de 20 mil toneladas de cloro, 22 mil toneladas de soda cáustica, 25 mil toneladas de ácido clorídrico e 20 mil toneladas de hipoclorito de sódio ao ano.

Com a conclusão do projeto da construção da fábrica em Camaçari a Unipar aumenta sua capacidade instalada de produção, no Brasil, para 564 mil toneladas de cloro, 635 mil toneladas de soda cáustica e 785 mil toneladas de ácido clorídrico.

A expansão da produção está em linha com a estratégia da Companhia para o fortalecimento da sua posição no mercado de cloro, soda cáustica e produtos químicos derivados.

Adicionalmente, está em execução o Projeto de *Phase Out* das Tecnologias de Diafragma e de Mercúrio relativo à Planta de Cubatão/SP a ser concluído pela Unipar até o final de 2025 (“PO25”). Este projeto tem como objetivos: adequar as atividades da Companhia em território brasileiro à Convenção de Minamata sobre Mercúrio que foi ratificada pelo Brasil em agosto de 2017 e estabeleceu o mês de dezembro de 2025 como prazo mandatório para término de processos de manufatura de cloro/soda nos quais mercúrio ou compostos de mercúrio sejam utilizados e aumentar a competitividade e confiabilidade operacional por meio da modernização tecnológica.

Por meio do PO25 e simultaneamente à substituição das células de mercúrio supracitadas, a Companhia substituirá também o processo de produção de cloro/soda via células de diafragma, ambas pela tecnologia membrana “Zero Gap”, o que modernizará e unificará o processo de produção de cloro/soda na planta industrial de Cubatão.

A Companhia não espera alterações relevantes na capacidade de produção de cloro da Planta de Cubatão/SP, atualmente de 210 mil toneladas de cloro ao ano - considerando os processos via células de mercúrio e de diafragma - não sofrerá alterações relevantes com a unificação de tecnologias.

As informações sobre as capacidades energéticas, operacionais ou instaladas de produção acima apresentadas não foram auditadas pelos auditores independentes.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da Unipar estão identificadas como “Controladora” e as demonstrações financeiras consolidadas estão identificadas como “Consolidado”.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas foram elaboradas no pressuposto de continuidade operacional e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário.

2.3.2. Conversão das demonstrações financeiras da Indupa Argentina

As demonstrações financeiras da Indupa Argentina, incluídas na consolidação foram elaboradas em pesos argentinos, que é sua moeda funcional e foram convertidas para reais conforme a seguir:

- Os saldos de ativos, de passivos e das contas de resultado foram convertidos à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2024 e 2023, sendo os seus efeitos refletidos como ajustes de conversão em outros resultados abrangentes na demonstração das mutações no patrimônio líquido controladora até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidos na demonstração do resultado.
- Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação das transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado financeiro, nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras".

No final do ano de 2023, o câmbio na Argentina foi fortemente desvalorizado devido as mudanças econômicas anunciadas pelo novo governo. O efeito de desvalorização, comparando-se o câmbio de 31 de dezembro de 2022 com o do final de dezembro de 2023, representou 393% de desvalorização cambial.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a variação em relação a 31 de dezembro de 2023 representou uma valorização de 0,33%.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

As taxas de câmbio em Peso em relação ao Real em vigor na data base destas informações financeiras são as seguintes:

Taxa final	2024	2023
Peso argentino	166,33	166,89

2.4. Consolidação e aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária

Nas demonstrações financeiras consolidadas foram considerados os resultados das controladas conforme tabela a seguir:

Investidas	Principal atividade	Relação	% Participação	
			2024	2023
<i>Controlada</i>				
Indupa Argentina	Indústria Química	Direto	96,21%	99,13%
Unipar Participaciones	Holding	Direto	100,00%	-
Indupa Brasil	Indústria Química	Indireto	100,00%	99,13%
<i>Controlada em conjunto</i>				
Tucano Holdings III	Energia Eólica	Direto	50,00%	50,00%
Solalban	Energia	Indireta		
<i>Coligada</i>				
Lar do Sol I	Energia Eólica	Direto	10,00%	10,00%
Lar do Sol II	Energia Eólica	Direto	10,00%	10,00%
Lar do Sol III	Energia Eólica	Direto	10,00%	10,00%
Veleiros Holdings S. A.	Holding	Indireto	10,00%	9,91%

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle foi obtido.

Quando necessário, as demonstrações financeiras de suas controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações e saldos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Quando uma entidade da Companhia realizar transação com coligada do grupo, os lucros e prejuízos resultantes da transação com a coligada serão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia somente na extensão das participações na coligada que não estejam relacionadas ao grupo.

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 42 (IAS 29) – “Contabilidade em economia hiperinflacionária” como prática contábil para fins de Contabilidade e Evidenciação de Economia Altamente Inflacionária e de elaboração das demonstrações financeiras da controlada Indupa Argentina. O índice utilizado para cálculo do ajuste por inflação é divulgado pela *Federación de Consejos Profesionales de Argentina* (FACPCE). A variação acumulada da inflação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de 117,76% (em 31 de dezembro de 2023 – 211,41%).

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de março de 2025.

3. Políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez. Tais ativos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses recursos são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia e suas controladas.

3.2. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, que é o Real, é registrada de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Reais pelas taxas vigentes na data de cada balanço. As variações cambiais são reconhecidas no resultado no exercício em que ocorrem.

3.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros, ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos.

3.3.1. Ativos financeiros

A seguir são demonstrados os principais ativos financeiros da Companhia, sendo a classificação destes ativos em custo amortizado:

- Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, contas bancárias, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até noventa dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.
- Aplicações financeiras: Os saldos representam substancialmente aplicações em fundos de investimento que incluem na sua carteira títulos públicos, privados e fundos exclusivos (ambos pós fixados), com alta liquidez em mercados ativos.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- Contas a receber: Representado pela venda de produtos químicos e petroquímicos (principalmente PVC, soda cáustica, ácido clorídrico e hipoclorito de sódio).
- Créditos com empresas ligadas: Representada pelo acordo mútuo entre com sua controlada, Indupa Argentina, conforme mencionado na nota explicativa 10 (Partes Relacionadas).

Conforme o CPC 48/IFRS 9, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes; ou valor justo por meio de resultado. Na Companhia, as seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

a) Custo amortizado e método da tarifa efetiva de juros

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e outros montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas.

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos de relatório subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ajustada com base no crédito ao custo amortizado do ativo financeiro após o reconhecimento inicial.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras – receita de equivalentes de caixa e aplicações financeiras" (nota explicativa nº 30).

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros que não atendem aos critérios de mensurados ao custo amortizado ou aos critérios de mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge designada. O valor justo é determinado da maneira descrita na nota explicativa nº 34.6.

Note-se que a Companhia não possui ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.3.1.1. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Para todos os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (“*Impairment*”).

Uma provisão para “*impairment*” é reconhecida na ocorrência de um ou mais eventos, após o reconhecimento inicial dos ativos, que possam afetar negativamente seus fluxos de caixa futuros estimados. O efeito negativo nesses fluxos de caixa deve ser estimado de maneira confiável.

Os principais indicadores usados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por “*Impairment*” incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira que afete negativamente os fluxos de caixa esperados para o ativo; e
- Desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por “*Impairment*” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados. Na determinação destes fluxos de caixa é utilizada a taxa de desconto original dos ativos financeiros. No caso de empréstimos e recebíveis, a provisão para “*Impairment*”, também chamada de provisão para perdas de créditos esperadas, é registrada quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos na transação.

Se, em um período subsequente, uma melhoria nos indicadores apontar para a diminuição ou mesmo eliminação da perda por “*Impairment*”, a reversão dessa perda registrada anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado.

Além da prática citada acima a Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) sobre valores a receber de clientes. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do instrumento financeiro.

A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos dos devedores. Historicamente, a perda de crédito da Companhia mostra-se irrelevante, havendo perdas para clientes que eventualmente decretam falência ou recuperação judicial. Para

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

esses casos pontuais, a Companhia reconhece PCE de 100% do saldo em aberto e cessa vendas de produtos.

3.3.1.2. Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou a Companhia e suas controladas transferem os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”.

3.3.2. Passivos Financeiros

Os instrumentos de dívida e patrimoniais são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a substância dos acordos contratuais e as definições de passivo financeiro e instrumento patrimonial. Não há instrumentos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for mantido para negociação ou for designado ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado consideram o método da taxa de juros efetiva. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e outros montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

3.3.2.1. Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e outros montantes pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

3.3.2.2. Ganho ou perda de variação cambial

Para passivos financeiros denominados em moeda estrangeira e mensurados ao custo amortizado no final de cada período de relatório, os ganhos ou as perdas de variação cambial são determinados com base no custo amortizado dos instrumentos. Esses ganhos e perdas de variação cambial são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas” no resultado (nota explicativa nº 30) para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada

Valor justo dos passivos financeiros denominados em moeda estrangeira é determinado naquela moeda estrangeira e convertido com base na taxa à vista no encerramento do exercício. Para

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, o componente de câmbio é parte integrante dos ganhos ou perdas de valor justo e é reconhecido no resultado para passivos financeiros que não fazem parte de uma relação de hedge designada.

3.3.2.3. Baixa de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, substituída, cancelada, alterada ou expirar.

A companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.4. Estoques

São registrados ao custo de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda e, utilização na operação.

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos são compostos pelos custos diretos de materiais e, de mão-de-obra e pelos custos gerais incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e necessários para a sua comercialização, venda e distribuição.

3.5. Impostos a recuperar

São registrados ao custo histórico e, se aplicável, atualizados monetariamente, conforme a legislação vigente e avaliados anualmente para determinar o seu valor recuperável.

3.6. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais feitos para garantir disputas nas quais a Companhia encontra-se no polo passivo e cuja probabilidade de perda da causa é provável encontram-se apresentados como redutores das provisões para demandas judiciais. Os demais depósitos judiciais encontram-se classificados no ativo da Companhia.

3.7. Ativos intangíveis de vida útil definida

Os principais ativos classificados nesta categoria referem-se aos custos dos softwares e gastos diretamente associados e são amortizados usando-se o método linear, ao longo de suas vidas úteis. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. As taxas de depreciação e amortização estão descritas na nota explicativa 15.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada que é calculada pelo método linear durante a vida útil do ativo. Os custos de aquisição/construção incluem gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessários para seu uso. O custo histórico também inclui os custos de financiamento diretamente relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos.

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos fluirão para as Companhias e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil estimada dos itens. As vidas úteis dos bens são revisadas anualmente pela Companhia e suas controladas e quaisquer alterações, são adotadas e registradas de forma prospectiva. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação de cada grupo de itens do ativo imobilizado são demonstradas na nota explicativa nº 13.

3.9. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização. Tais ativos são testados anualmente para verificar se há evidências de perdas não recuperáveis (*Impairment*) de seu valor. Para os ativos que estão sujeitos à amortização, o teste de *Impairment* é feito sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O teste de *Impairment* compara o valor contábil do ativo com seu valor recuperável. Este último é definido como o maior montante entre preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

O grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Quando o valor recuperável de um ativo é menor do que seu valor contábil, é constituída provisão para perdas, em contrapartida ao resultado do exercício. No caso do ágio, qualquer provisão para perdas constituída é irreversível. Para os demais ativos não financeiros, caso os testes indiquem que a provisão para *Impairment* não é mais necessária, essa provisão pode ser revertida.

3.10. Provisões

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Quando se espera que algumas ou todas as saídas de recursos requerida para a liquidação de uma provisão sejam recuperadas de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.11. Benefícios aos empregados

3.11.1. Benefícios de curto prazo e longo prazo a empregados

3.11.1.1. Participação nos lucros

A Companhia provisiona o valor estimado da participação de empregados nos lucros, em contrapartida ao resultado do exercício. O cálculo da provisão leva em consideração as metas divulgadas aos colaboradores, condições de permanência e os resultados atingidos pela Companhia.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.11.2. Benefícios pós emprego

3.11.2.1. Benefícios na modalidade de contribuição definida

A Companhia possui plano de pensão na modalidade de contribuição definida segundo o qual faz contribuições fixas a uma entidade separada, com contribuição equivalente pelos seus funcionários. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar eventuais benefícios futuros aos funcionários. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

3.11.2.2. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia e suas controladas concedem benefícios com esta característica nos quais os custos esperados são acumulados durante o período de emprego, sendo este benefício administrado por uma entidade separada. As obrigações são avaliadas anualmente e os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado, exceto em eventual alteração ou liquidação do plano.

3.11.3. Outros benefícios de longo prazo

3.11.3.1. Gratificação por Tempo de Serviço

A Companhia e suas controladas concedem benefício de gratificação por tempo de serviço sendo os custos esperados acumulados ao longo do tempo, além das avaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado, exceto em eventual alteração ou liquidação do plano.

3.11.4. Benefícios Rescisórios

3.11.4.1. Benefícios na modalidade de benefício definido

A Companhia e suas controladas concedem benefício com esta característica, sendo os custos esperados acumulados ao longo do tempo, além das avaliações anuais realizadas por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos de forma imediata em “Outros resultados abrangentes” e não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado, exceto em eventual alteração ou liquidação do plano.

3.12. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.12.1. Impostos correntes

O imposto corrente se baseia no lucro real do exercício. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis nos exercícios seguintes, além de adicionar ou excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia e suas controladas são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas na data de cada balanço.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

3.12.2. Impostos diferidos

O imposto diferido é o imposto devido ou a recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado na data de cada balanço e reduzido quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam com os impostos incidentes pela mesma autoridade tributável onde há intenção de liquidar os impostos correntes e passivos em uma base líquida.

3.13. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas são reconhecidas quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- Quando a Companhia e suas controladas puderem identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando a Companhia e suas controladas puderem identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia e de suas controladas não se modifiquem como resultado do contrato);
- Quando for provável que a Companhia e suas controladas receberão a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.
- Quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente, que normalmente ocorre na entrega dos bens ou serviços nas localidades físicas indicadas pelo cliente.

A Companhia e suas controladas determinam os bens ou serviços que não foram entregues nas localidades físicas indicadas pelos clientes até a data de cada balanço e registra uma reversão da receita correspondente em contrapartida a uma conta redutora do saldo de contas a receber de clientes.

3.14. Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis, há expectativa de saídas de recursos para saná-los e o custo pode ser razoavelmente estimado, com base nas discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração requerida.

O custo final depende de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

3.15. DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e de suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é registrada como passivo circulante, por tratar-se do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social e considerado como uma obrigação legal. Na demonstração de fluxo de caixa os dividendos são apresentados como componente das atividades de financiamento, quando ocorrer o desembolso financeiro.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.17. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em coligadas e controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. O valor contábil desses investimentos inclui o desdobramento dos custos de aquisição em valor patrimonial e ágio.

Nas demonstrações financeiras consolidadas as controladas são integralmente consolidadas e a participação de não controladores é destacada como parte integrante do patrimônio líquido, assim como são destacados os resultados atribuíveis aos mesmos na demonstração do resultado do exercício.

Operação em conjunto (ou joint venture) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle

Controlada em conjunto (joint venture) é um acordo conjunto por meio do qual as partes, que detêm o controle em conjunto do acordo contratual, têm direitos sobre os ativos líquidos desse acordo.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, o investimento em controlada em conjunto é reconhecido inicialmente ao custo de aquisição e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado da controlada em conjunto.

O investimento na controlada em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se tornou uma controlada em conjunto. Na aquisição do investimento de controlada em conjunto, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida deve ser reconhecido como ágio, que deve ser incluído no valor contábil do investimento.

As exigências da IAS 36 (CPC 01 (R1)) são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia em uma controlada. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 (CPC 01 (R1)) na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

3.18. Transações com pagamentos baseados em ações

A administração da Companhia adota o plano de ações restritas como forma de remuneração de executivos elegíveis, em que a contrapartida da apropriação do valor justo no resultado é considerada no patrimônio líquido na rubrica de “outras reservas”, sendo liquidada no momento em que as ações em tesouraria são entregues a cada período de *vesting*, conforme descrito na nota explicativa 26.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

3.19. Pagamentos e recebimento de juros e outros encargos sobre empréstimos

A Companhia, com base no CPC 3 (R2), optou em reconhecer os juros pagos sobre empréstimos nas atividades de financiamento em sua demonstração dos fluxos de caixa, considerando que são custos de obtenção de recursos financeiros.

O CPC 03 (R2).34 permite que os juros recebidos sejam demonstrados como atividades operacionais ou de investimento, quando considerado pertinente pela entidade. A Companhia e suas controladas classificam os juros recebidos como atividades de investimentos.

3.20. Informações por segmento

A Administração da Companhia, responsável por tomar decisões operacionais, alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada das decisões estratégicas, analisa a Companhia como segmento operacional único, considerando principalmente que os processos de produção e natureza dos produtos são similares

3.21. Ativos de direito de uso e arrendamentos por direito de uso

A Companhia e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento por direito de uso calculados pelo valor presente das parcelas futuras, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia, (vide nota explicativa nº 14). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato, já que o seu prazo é menor que a vida útil dos ativos arrendados. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as multas e penalidades previstas em cláusulas contratuais. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

3.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia após estudo e revisão das normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma), concluiu que não tem impacto em suas Demonstrações Financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes

3.23. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

a) IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*Primary Financial Statement (PFS)*) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

b) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ele não é elegível para a aplicação do IFRS 19.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) Alterações CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstração Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Financeiras Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Financeiras Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

d) Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.24. Principais julgamentos contábeis e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. A Companhia revisa suas estimativas ao menos trimestralmente.

As principais estimativas e premissas estão apresentadas a seguir:

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Obrigações com benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a seus funcionários que levam ao provisionamento de futuros desembolsos.

Mudanças no cenário econômico e na expectativa de vida ou de tempo para aposentadoria/desligamento dos beneficiários, entre outras, podem afetar de forma significativa os valores atualmente registrados.

b) Provisões para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, trabalhistas, previdenciários, cíveis e ambientais. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A determinação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos.

A alteração destas evidências, incluindo resultados de julgamentos similares, em tribunais ou na esfera administrativa, podem alterar as estimativas atualmente registradas pela Companhia.

c) Recuperabilidade de ativos fiscais diferidos

A Administração realizou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelos órgãos de Administração, indicando a manutenção do ativo fiscal diferido. Os estudos técnicos de viabilidade consideram estimativas que estão relacionadas ao desempenho da Companhia, assim como o comportamento do mercado de atuação e determinados aspectos econômicos como exemplo variação cambial. Mudanças no cenário de negócio podem afetar a previsão de recuperabilidade desses créditos.

d) Provisões para Passivos Ambientais

A Companhia monitora seus passivos ambientais de acordo com os processos emitidos pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("CETESB") que representam gastos prováveis de monitoramento e Gerenciamento de Áreas Contaminadas. A mensuração dos valores vem com base em relatórios emitidos por consultorias especializadas e considerando a melhor estimativa pela Companhia.

e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	117	255	7.919	2.541
Aplicações financeiras de curto prazo	486.777	779.073	837.423	1.340.663
	486.894	779.328	845.342	1.343.204

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, possuem remuneração associada ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI e têm possibilidade de resgate a qualquer momento.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cotas de Fundos de Investimentos	288.195	7.872	672.739	340.428
Fundos de investimentos exclusivos				
Operações compromissadas (*)	65.240	334.142	66.701	462.281
	353.435	342.014	739.440	802.709
Circulante	353.435	334.142	739.440	794.837
Não Circulante	-	7.872	-	7.872

(*) Referem-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa. Em 31 de dezembro de 2024 a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a operações financeiras e referenciadas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com o objetivo de obter rentabilidade média de 100% do CDI à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2024, os fundos de investimentos (não exclusivos) na controladora representam 81,54% do total da sua carteira de aplicações financeiras, sendo 2,9% investido em fundo multimercado e 97,1% representado por fundos referenciados ao CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento. No consolidado representam 90,98% da carteira de aplicações financeiras no Brasil, sendo 1,2% investido em fundo multimercado e 98,8% em fundos referenciados ao CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento.

Na controladora e no consolidado os fundos de investimentos referenciados ao CDI são predominantemente aplicados em papéis com classificação de rating AAA.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Nacionais	206.317	164.477	580.224	353.031
Exterior	-	683	42.528	21.756
Partes relacionadas (Nota 10)	16.481	62.410	-	-
Provisão para perdas de créditos esperadas	(6.529)	(6.909)	(32.724)	(33.743)
	216.269	220.661	590.028	341.044
Circulante	201.623	220.661	590.028	341.044
Não circulante	14.646	-	-	-

O saldo de contas a receber de clientes está apresentado líquido do valor do estorno de receita para os produtos que não foram entregues nas localidades físicas indicadas pelos clientes até a data de cada balanço, na controladora no montante de R\$ 2.068 em 31 de dezembro de 2024 (R\$

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

2.884 em 31 de dezembro de 2023) e no consolidado o montante de R\$ 4.826 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 17.426 em 31 de dezembro de 2023).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Títulos a vencer	188.204	154.859	559.510	315.421
Títulos vencidos:				
Até 90 dias	11.389	3.301	27.619	22.880
De 91 a 180 dias	1.947	561	2.234	1.144
A partir de 180 dias	4.777	6.439	33.389	35.342
	206.317	165.160	622.752	374.787
Partes Relacionadas	16.481	62.410	-	-
Provisão para perdas de créditos esperadas	(6.529)	(6.909)	(32.724)	(33.743)
Total da carteira de clientes	216.269	220.661	590.028	341.044

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	(6.909)	(6.676)	(33.743)	(48.334)
Adições	(2.205)	(437)	(3.041)	(1.707)
Reversões	2.585	204	4.077	539
Ajustes de conversão	-	-	(17)	15.759
Saldo Final	(6.529)	(6.909)	(32.724)	(33.743)

Historicamente o percentual de perdas de crédito esperada da Companhia e suas controladas, para os títulos vencidos até 90 dias aproxima-se de zero. Para os títulos vencidos acima de 90 dias não renegociados e ou de clientes que eventualmente decretarem falência ou entram em recuperação judicial, a Companhia reconhece provisão de 100% do saldo em aberto. A parcela mais significativa de provisão é composta de casos excepcionais de poucos clientes que decretaram falência ou entraram em recuperação judicial em períodos anteriores.

As adições e reversões da provisão para perda de crédito esperada são registradas no resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Os valores da provisão são baixados, em conjunto com as contas a receber correspondentes, quando não há expectativa de recuperação.

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRRF/ IRPJ e CSLL a recuperar	7.135	16.240	135.191	134.948
ICMS	25.547	14.356	46.202	39.470
PIS e COFINS	-	-	528.297	597.899
INSS a compensar	-	428	-	428
IVA, IIBB e outros créditos fiscais -				
Argentina	-	-	58.602	6.766
Restituições a exportações - Argentina	-	-	2.709	1.551
Outros	1.943	1.276	2.046	1.589
	34.625	32.300	773.047	782.651
Circulante	15.759	22.818	296.058	249.869
Não circulante	18.866	9.482	476.989	532.782

IRRF/ IRPJ e CSLL a recuperar: na controladora corresponde ao saldo negativo de IRPJ do ano de 2024. Na controlada indireta Indupa Brasil houve a antecipação a maior de IRPJ e CSLL no ano de 2022 e apuração de saldo negativo (a recuperar) dos anos de 2022 e 2023.

ICMS: refere-se basicamente a créditos provenientes de aquisições de ativo imobilizado, os quais estão reconhecidos no ativo circulante e não circulante com prazo de amortização de 1/48 avos.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

PIS/COFINS: Na controlada indireta Indupa Brasil, refere-se basicamente ao crédito sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo, correspondendo ao período de dezembro de 2003 a outubro de 2021 com trânsito em julgado em seu favor e com os pedidos de habilitação homologados junto à Receita Federal.

Os pedidos foram segregados em dois períodos, o primeiro compreendendo o período de dezembro de 2003 a julho de 2018 e apresenta saldo de R\$ 522.243 em 31 de dezembro de 2024, sendo R\$ 247.151 de principal e R\$ 280.092 de atualização monetária (R\$ 536.577 em 31 de dezembro de 2023).

O segundo compreendendo o período de agosto de 2018 a outubro de 2021 e apresenta o saldo de R\$ 1.603 em 31 de dezembro de 2024, sendo relacionado a atualização monetária (R\$ 60.142 em 31 de dezembro de 2023). Para ambos os períodos, estes créditos estão sendo utilizados para compensações de débitos federais.

Adicionalmente, a Companhia ingressou em 19 de dezembro de 2024 com um processo requerendo a restituição, via precatório, dos valores pagos a maior a título de PIS/COFINS relativo aos períodos de julho de 2010 a julho de 2018 e aguarda o deferimento

A movimentação dos créditos de PIS/COFINS foi a seguinte:

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	597.899	632.321
Atualização Monetária	27.786	41.085
Compensação	(100.660)	(72.970)
Apuração do exercício	3.272	(2.537)
Saldo final	528.297	597.899

No consolidado a expectativa de utilização segue conforme demonstrado na tabela abaixo:

	Consolidado
	2024
2025	104.379
2026	108.293
2027	108.289
2028	126.339
2029 em diante	80.997
	528.297

A Companhia avaliou a MP 1202/23 e ainda que a mesma traga limitação para a utilização do crédito oriundo de trânsito em julgado, baseando-se na melhor estimativa de monetização possível, não haverá impactos entre curto e longo prazo.

INSS a compensar: Basicamente refere-se aos pagamentos realizados para liquidação do parcelamento de débitos previdenciários conforme adesão da reabertura do REFIS, artigo 17 da Lei nº 12.865/2013, utilizado via compensação de Ofício.

IVA: Refere-se ao imposto incidente sobre a diferença entre aquisições de matéria prima e a receita de vendas bruta na Argentina.

Em 2024 com a diminuição das vendas no mercado argentino originou um aumento no crédito de IVA.

IIBB – Imposto sobre os ingressos brutos: Na Indupa Argentina este é um tributo estadual (provincial) aplicado sobre a receita bruta.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Restituições a exportações: Refere-se à restituição de impostos alfandegários cobrados pela importação da matéria-prima utilizada pela controlada Indupa Argentina para a fabricação do produto exportado.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Matérias-primas	27.101	22.540	80.514	43.734
Produtos em processo	8.069	6.754	29.160	22.345
Produtos acabados	5.501	17.031	229.070	145.371
Provisão para desvalorização	(6.385)	(5.121)	(13.506)	(14.253)
Materiais auxiliares e embalagens	9.655	9.599	50.260	51.543
Materiais de manutenção e reparos	49.602	40.269	106.803	99.448
	93.543	91.072	482.301	348.188
Circulante	57.499	61.156	410.075	281.966
Não circulante	36.044	29.916	72.226	66.222

Os materiais de manutenção e reparos são itens mantidos para assegurar a continuidade das operações das plantas em caso de avarias eventuais nas máquinas e equipamentos da produção e em função do giro são classificados como circulante ou não circulante.

Na controladora e no consolidado a provisão para desvalorização dos estoques é realizada mediante a análise do preço de custo unitário de produção em relação a expectativa de preço de venda no mercado. A provisão é registrada no custo das vendas no resultado.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Tributários	27.728	26.187	27.797	26.256
Cíveis	-	-	40	40
	27.728	26.187	27.837	26.296
Não circulante	27.728	26.187	27.837	26.296

Controladora	2022	Baixas	Transferências para depósitos judiciais com demanda judicial relacionada (Nota 20)	Atualização monetária	2023	Transferências para depósitos judiciais com demandas judiciais relacionadas (Nota 20)	Atualização monetária	2024
			(556)	1.910		(70)	1.611	
Tributários	24.833	-	(556)	1.910	26.187	(70)	1.611	27.728
Trabalhistas	1.274	(1.290)	-	16	-	-	-	-
	26.107	(1.290)	(556)	1.926	26.187	(70)	1.611	27.728

Consolidado	2022	Baixas	Transferências para depósitos judiciais com demanda judicial relacionada (Nota 20)	Transferências de depósitos sobre demandas judiciais estornadas	Atualização monetária	2023	Transferências para depósitos judiciais com demandas judiciais relacionadas (Nota 20)	Atualização monetária	2024
			(556)	65	1.910		(70)	1.611	
Tributários	24.837	-	(556)	65	1.910	26.256	(70)	1.611	27.797
Trabalhistas	1.274	(1.290)	-	-	16	-	-	-	-
Cíveis	40	-	-	-	-	40	-	-	40
	26.151	(1.290)	(556)	65	1.926	26.296	(70)	1.611	27.837

Na Controladora os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 são compostos, pelos seguintes processos:

a) *PER/DCOMPS não homologadas pela Receita Federal*

A Companhia efetuou depósitos judiciais na ação que discute a não homologação das compensações de PIS/COFINS do exercício de 2015, avaliada pelos consultores jurídicos como perda possível, que totalizaram R\$ 11.056 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 10.210 em 31 de dezembro de 2023).

b) *Goyana S.A. Indústrias de Matérias Plásticas ("Goyana")*

Foram efetuados depósitos judiciais, que totalizaram R\$ 16.672 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 15.977 em 31 de dezembro de 2023) referentes a cinco causas tributárias relativas à sua ex-controlada Goyana nos quais a Companhia é parte no polo passivo e solicita sua exclusão dos referidos processos. A Causas foram avaliadas pelos consultores jurídicos como perda possível e remota.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Partes relacionadas

	2023								2023				
	Ativo Circulante				Ativo Não Circulante	Passivo Circulante			Passivo Não Circulante	Transações			
	Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Outros ativos circulantes	Créditos com Empresas ligadas	Créditos com Empresas ligadas	Fornecedores	Outros Passivos / Energia elétrica	Empréstimos	Receitas com vendas	Custo do produto/serviço vendido	Gastos compartilhados	Receita (Despesa) Financeira (Juros / Variação Cambial)	
Na Controladora													
Controlada direta - Indupa Argentina	61.273	-	712	37.177	193.628	(3.133)	(11.760)	-	-	(22.448)	10.230	6.875	
Controlada indireta - Indupa Brasil	1.137	-	1.216	-	-	(78)	(90)	(755.912)	13.389	(227)	12.987	(97.009)	
Controlada em conjunto direta - Tucano Holding	-	9.523	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Controlada em conjunto indireta - Tucano F6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.991)	-	-	
Controlada em conjunto indireta - Tucano F7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.059)	-	-	
Controlada em conjunto indireta - Tucano F8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.152)	-	-	
Controlada em conjunto direta - LDS I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.731)	-	-	
Controlada em conjunto direta - LDS II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.113)	-	-	
Controlada em conjunto direta - LDS III	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.666)	-	-	
	62.410	9.523	1.928	37.177	193.628	(3.211)	(11.850)	(755.912)	13.389	(201.387)	23.217	(90.134)	
No Consolidado													
Controlada em conjunto indireta - Tucano F6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.991)	-	-	
Controlada em conjunto indireta - Tucano F7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(30.059)	-	-	
Controlada em conjunto indireta - Tucano F8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.152)	-	-	
Controlada em conjunto direta - LDS I	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(52.731)	-	-	
Controlada em conjunto direta - LDS II	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21.113)	-	-	
Controlada em conjunto direta - LDS III	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.666)	-	-	
Controlada em conjunto indireta - Solalban	-	-	1.590	-	-	-	(25.851)	-	13.063	(158.075)	-	-	
	-	-	1.590	-	-	-	(25.851)	-	13.063	(336.787)	-	-	

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	2024										2024			
	Saldos										Transações			
	Ativo Circulante				Ativo Não Circulante		Passivo Circulante				Passivo Não Circulante	Receita com vendas	Custo do produto/serviço vendido	Gastos compartilhados
Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Outros ativos circulantes	Créditos com Empresas ligadas	Contas a receber de clientes	Créditos com Empresas ligadas	Fornecedores	Empréstimos	Outros Passivos / Energia elétrica	Empréstimos					
Na Controladora														
Controlada direta - Indupa Argentina	-	-	-	18.340	14.646	232.710	-	-	(22.796)	-	-	(16.721)	697	6.760
Controlada direta - Unipar Participaciones	-	-	-	-	-	-	-	(13.567)	-	-	-	-	-	-
Controlada indireta - Indupa Brasil	1.835	-	1.988	-	-	-	(10)	(200.732)	-	(650.000)	7.406	-	20.125	(94.820)
Controlada em conjunto direta - Tucano Holding	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controlada em conjunto indireta - Tucano F6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.016)	-	-
Controlada em conjunto indireta - Tucano F7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.614)	-	-
Controlada em conjunto indireta - Tucano F8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.773)	-	-
Coligada direta - LDS I	-	1.002	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.906)	-	-
Coligada direta - LDS II	-	321	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.958)	-	-
Coligada direta - LDS III	-	381	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.776)	-	-
Coligada indireta - Veleiros Holdings S. A.	-	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.491)	-	-
	1.835	1.814	1.988	18.340	14.646	232.710	(10)	(200.732)	(36.363)	(650.000)	7.406	(237.255)	20.822	(88.060)
No Consolidado														
Controlada em conjunto direta - Tucano Holding	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Controlada em conjunto indireta - Tucano F6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(29.016)	-	-
Controlada em conjunto indireta - Tucano F7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.614)	-	-
Controlada em conjunto indireta - Tucano F8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.773)	-	-
Coligada direta - LDS I	-	1.002	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(39.906)	-	-
Coligada direta - LDS II	-	321	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(19.958)	-	-
Coligada direta - LDS III	-	381	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.776)	-	-
Coligada indireta - Veleiros Holdings S. A.	-	110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(47.491)	-	-
Controlada em conjunto indireta - Solalban	-	-	3.901	-	-	-	-	-	(29.480)	-	14.054	(183.330)	-	-
	-	1.814	3.901	-	-	-	-	-	(29.480)	-	14.054	(403.864)	-	-

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A companhia, as controladas e pessoas ligadas, realizam algumas operações entre si, relativas a aspectos financeiros, comerciais e operacionais da Companhia. A venda de produtos da Companhia a partes relacionadas é feita de acordo com a lista de preços normalmente usada pela Unipar com clientes terceiros. As aquisições são feitas pelo preço de mercado descontado para refletir a quantidade de produtos adquiridos e o relacionamento entre as partes.

Os valores em aberto não são segurados e serão liquidados em caixa. Não foram dadas nem recebidas garantias. Nenhuma provisão para perdas de crédito esperadas foi reconhecida com relação aos valores devidos pelas partes relacionadas.

A Companhia incorre em determinadas despesas corporativas, principalmente com a remuneração de alguns executivos e colaboradores, que são rateadas com suas controladas direta e indireta.

A Companhia emitiu, nos dias 28 e 29 de novembro de 2022, notas comerciais que foram adquiridas pela controlada indireta Indupa Brasil, no montante total de R\$ 650.000. Os juros incidentes são de CDI + 1,5% ao ano, de acordo com o aditamento emitido em 24 de novembro em 2023. Os juros serão pagos anualmente a partir de 26 de novembro de 2025 até 26 de novembro de 2028 e o principal será pago em duas parcelas, com vencimento em 26 de novembro de 2027 e 26 de novembro de 2028. O valor em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 850.732 (R\$ 755.912 em 31 de dezembro de 2023).

Os créditos com empresas ligadas referem-se à conversão do aporte de capital em mútuo junto a Indupa Argentina, originalmente no valor de US\$ 46 milhões em 2019 com taxa de juros de 3% ao ano, amortizado parcialmente e demais amortizações a partir de 2027, remanescendo saldo de US\$ 36,5 milhões (em 31 de dezembro de 2023 US\$ 37 milhões), equivalentes a R\$ 225.882 em 31 de dezembro de 2024 (em 31 de dezembro de 2023 R\$ 179.493).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu R\$ 6.453 referentes aos juros (R\$ 5.601 em 31 de dezembro de 2023) e R\$ 2.113 referente ao principal.

Adicionalmente em dezembro de 2021 foi concedido um novo empréstimo de US\$10 milhões com taxa de juros de 3% ao ano, a ser amortizado em 5 parcelas anuais de US\$ 2 milhões em dezembro de cada ano a partir de 2022 até 2026. Assim, em 31 de dezembro de 2024, o saldo a receber é de US\$ 4.1 milhões (US\$ 10.6 milhões em 31 de dezembro de 2023), equivalentes a R\$ 25.168 (R\$ 51.311 em 31 de dezembro de 2023).

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia recebeu R\$ 31.047 referente ao principal e R\$ 3.332 referente aos juros devidos no âmbito do empréstimo descrito no parágrafo acima (R\$ 5.601 em 31 de dezembro de 2023 referente os juros).

Remuneração consolidada do pessoal-chave da Administração

A remuneração é composta pela remuneração fixa mensal, bem como por benefícios de curto prazo que incluem plano de saúde, seguro de vida, previdência privada e remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Companhia.

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores estatutários. A remuneração paga a esses membros está a seguir demonstrada:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Salários e benefícios de curto prazo	36.208	29.293
Remuneração baseada no plano de outorga de ações restritas (¹)	2.807	4.154
Encargos oriundos da remuneração baseada no plano de outorga de ações restritas (²)	1.839	2.722
	<u>40.854</u>	<u>36.169</u>

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(¹) O plano de outorga de ações restritas está descrito conforme nota explicativa n°25 item “e”.

(²) Refere-se aos encargos de INSS parte empresa e IRRF.

A Companhia possuía contratos para a prestação de serviços de consultoria econômica e assessoramento financeiro com a Essentia Partners Assessoria Ltda. (“Essentia Partners”), que teve término em 27 de novembro de 2022. Um dos integrantes do conselho da administração da Companhia fazia parte do quadro societário da Essentia Partners. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve transações (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2023, correspondente a reembolso de despesa).

A Companhia possui contratos para a prestação de serviços advocatícios com a Terra Tavares Ferrari Elias Rosa Advogados (“TERRA”). Um dos integrantes do conselho de administração da Companhia, faz parte do quadro societário da TERRA, e os valores das transações para o ano findo em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$ 367 (R\$ 348 em 31 de dezembro de 2023).

A controlada Indupa Argentina possui contratos para a prestação de serviços advocatícios com a BF LAW SRL (“BF”). Um dos integrantes do conselho fiscal da controlada Indupa Argentina, faz parte do quadro societário da BF, e os valores das transações para o ano findo em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$ 290 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2023).

As controladas Unipar Participaciones e Indupa Argentina possuem contratos para a prestação de serviços advocatícios com a BFMYL S.R.L (“BFMYL”). Os diretores e membros do comitê fiscal da controlada Unipar Participaciones, fazem parte do quadro societário da BFMYL, e os valores das transações para o ano findo em 31 de dezembro de 2024 totalizam R\$ 1.609 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2023).

Transações ou relacionamentos com acionistas referentes a arrendamento de imóveis

A Companhia mantém um contrato de locação de imóvel administrativo com a Locuncatu Serviços Financeiros Ltda pertencente a um dos acionistas da Companhia. O valor do aluguel reconhecido no resultado para o ano findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 584 (R\$ 511 em 31 de dezembro de 2023). O contrato foi aprovado pelo Conselho de Administração e teve início em fevereiro de 2024 com término previsto para 2029.

11. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamentos a fornecedores	8.537	11.326	14.589	14.226
Adiantamentos a empregados	308	1.122	1.097	1.790
Créditos a receber na venda de ativos (¹)	-	-	8.975	8.975
Dividendos a receber	1.704	11.227	1.814	11.227
Despesas Corporativas - Partes Relacionadas				
Nota 10	1.988	1.928	3.901	1.590
Demais ativos	670	-	1.016	265
	13.207	25.603	31.392	38.073
Circulante	13.207	25.603	22.096	28.780
Não circulante	-	-	9.296	9.293

(¹) Imóveis recebidos em contrapartida de contas a receber, ainda em processo de transferência de propriedade.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Investimentos

									Controladora 2023
Investidas	Relação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo)	% Participação	Saldos
<i>Controlada</i>									
Indupa Argentina	Direto	591.321	3.000.989	406.085	346.712	2.839.513	399.484	99,13%	2.814.772
Mais valia de ativos ⁽¹⁾									88.589
<i>Controlada em conjunto</i>									
Tucano Holdings III	Direto	25.420	461.282	74.010	198.988	213.704	17.672	50,00%	106.852
<i>Coligada</i>									
Lar do Sol I	Direto	41.270	448.213	26.197	215.942	247.344	44.563	10,00%	24.736
Lar do Sol II	Direto	19.979	247.091	12.630	113.419	141.021	14.494	10,00%	14.103
Lar do Sol III	Direto	17.820	237.884	11.058	113.550	131.096	17.028	10,00%	13.110
Total									3.062.162
									Controladora 2024
Investidas	Relação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo)	% Participação	Saldos
<i>Controlada</i>									
Indupa Argentina	Direto	486.834	1.052.450	399.647	522.904	616.733	40.876	96,21%	593.336
Mais valia de ativos ⁽¹⁾									1.904
Unipar Participaciones	Direto	79.780	2.667.881	13.816	-	2.733.845	228.921	100,00%	2.733.845
Mais valia de ativos ⁽¹⁾									80.835
<i>Controlada em conjunto</i>									
Tucano Holdings III	Direto	47.991	421.236	21.880	228.877	218.470	(14.279)	50,00%	109.235
<i>Coligada</i>									
Lar do Sol I	Direto	29.430	385.503	18.983	209.813	186.137	(61.206)	10,00%	18.615
Lar do Sol II	Direto	12.785	207.442	7.857	107.024	105.346	(35.674)	10,00%	10.536
Lar do Sol III	Direto	10.409	200.735	7.643	107.144	96.357	(34.737)	10,00%	9.636
Total									3.557.942

⁽¹⁾ O saldo da mais valia de ativos no consolidado é reclassificado para o imobilizado distribuído entre as linhas terrenos, edificações e construções, equipamentos e instalações, veículos e móveis e utensílios.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	2023								
Investidas	Relação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo)	% Participação	Saldos
<i>Controladas em conjunto</i>									
Tucano Holdings III	Direto	25.420	461.282	74.010	198.988	213.704	17.672	50,00%	106.852
Solalban	Indireto	47.567	13.826	44.800	2.656	13.937	(3.349)	58,00%	8.084
<i>Coligada</i>									
Lar do Sol I	Direto	41.270	448.213	26.197	215.942	247.344	44.563	10,00%	24.735
Lar do Sol II	Direto	19.979	247.091	12.630	113.419	141.021	14.494	10,00%	14.104
Lar do Sol III	Direto	17.820	237.884	11.058	113.550	131.096	17.028	10,00%	13.110
Veleiros Holdings S. A.	Indireto	48.524	639.362	315.487	137.551	234.848	(2.294)	10,00%	23.485
Total									190.370

	Consolidado								
	2024								
Investidas	Relação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Lucro (Prejuízo)	% Participação	Saldos
<i>Controladas em conjunto</i>									
Tucano Holdings III	Direto	47.991	421.236	21.880	228.877	218.470	(14.279)	50,00%	109.235
Solalban	Indireto	55.570	27.473	50.041	8.511	24.491	(3.389)	58,00%	14.205
<i>Coligada</i>									
Lar do Sol I	Direto	29.430	385.503	18.983	209.813	186.137	(61.206)	10,00%	18.615
Lar do Sol II	Direto	12.785	207.442	7.857	107.024	105.346	(35.674)	10,00%	10.536
Lar do Sol III	Direto	10.409	200.735	7.643	107.144	96.357	(34.737)	10,00%	9.636
Veleiros Holdings S. A.	Indireto	41.490	433.546	3.661	146.259	325.116	(58.631)	10,00%	32.512
Total									194.739

Controladora	2022	Ajustes de conversão	Adição / Aumento de Capital	Equivalência patrimonial			Dividendos a receber	Efeito de Aplicação da IAS 29	2023
				no resultado do período	Em outros Resultados abrangentes	Amortização			
Indupa Argentina	2.933.020	(356)	12.357	395.573	(803.828)	(16.624)	-	383.219	2.903.361
Investimento - Indupa Argentina	2.827.863	-	11.945	395.573	(803.828)	-	-	383.219	2.814.772
Mais Valia - Indupa Argentina	105.157	(356)	412	-	-	(16.624)	-	-	88.589
Tucano Holdings III	107.539	-	-	8.836	-	-	(9.523)	-	106.852
Lar do Sol I	21.282	-	-	4.456	-	-	(1.002)	-	24.736
Lar do Sol II	12.975	-	-	1.449	-	-	(321)	-	14.103
Lar do Sol III	11.788	-	-	1.703	-	-	(381)	-	13.110
Total	3.086.604	(356)	12.357	412.017	(803.828)	(16.624)	(11.227)	383.219	3.062.162

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	2023	Ajustes de conversão	Efeito Cisão	Adição / Aumento de Capital em Controlada	Equivalência patrimonial					Dividendos retidos	Efeito de Aplicação da IAS 29	2024
					no resultado do período	Em outros Resultados abrangentes	Amortização	Baixas				
Indupa Argentina	2.903.361	9.423	(2.568.021)	-	39.058	(1.925)	(10.428)	-	-	-	223.772	595.240
Investimento - Indupa Argentina	2.814.772	638	(2.482.979)	-	39.058	(1.925)	-	-	-	-	223.772	593.336
Mais Valia - Indupa Argentina	88.589	8.785	(85.042)	-	-	-	(10.428)	-	-	-	-	1.904
Unipar Participaciones	-	-	2.575.227	936	228.868	14.542	(4.366)	(527)	-	-	-	2.814.680
Investimento - Unipar Participaciones	-	-	2.489.499	936	228.868	14.542	-	-	-	-	-	2.733.845
Mais Valia - Indupa Brasil	-	-	85.728	-	-	-	(4.366)	(527)	-	-	-	80.835
Tucano Holdings III	106.852	-	-	-	(7.140)	-	-	-	-	9.523	-	109.235
Lar do Sol I	24.736	-	-	-	(6.121)	-	-	-	-	-	-	18.615
Lar do Sol II	14.103	-	-	-	(3.567)	-	-	-	-	-	-	10.536
Lar do Sol III	13.110	-	-	-	(3.474)	-	-	-	-	-	-	9.636
Total	3.062.162	9.423	7.206	936	247.624	12.617	(14.794)	(527)	9.523	223.772	3.557.942	

Consolidado	2022	Ajustes de conversão	Equivalência patrimonial			2023	Ajustes de conversão	Equivalência patrimonial			2024	
			no resultado do período	Dividendos a receber	Efeito de Aplicação da IAS 29			no resultado do período	Dividendos a receber	Dividendos retidos		Efeito de Aplicação da IAS 29
Tucano Holdings III	107.539	-	8.836	(9.523)	-	106.852	-	(7.140)	-	9.523	-	109.235
Solaiban	15.986	(11.406)	(3.348)	-	6.852	8.084	(43)	(3.388)	-	-	9.552	14.205
Veleiros Holdings S. A.	23.080	-	405	-	-	23.485	-	(5.863)	(110)	-	-	32.512
Lar do Sol I	21.282	-	4.456	(1.002)	-	24.736	-	(6.121)	-	-	-	18.615
Lar do Sol II	12.975	-	1.449	(321)	-	14.103	-	(3.567)	-	-	-	10.536
Lar do Sol III	11.788	-	1.703	(381)	-	13.110	-	(3.474)	-	-	-	9.636
Total	192.650	(11.406)	13.501	(11.227)	6.852	190.370	(43)	(29.553)	(110)	9.523	9.552	194.739

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Imobilizado

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

Controladora	Taxa de depreciação média		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
	2024	2023			2024	2023
Terrenos	-	-	253.690	-	253.690	253.690
Edificações e Construções	3,45% a 6,67%	3,45% a 6,67%	214.284	(91.949)	122.335	79.769
Equipamentos e Instalações	5% a 6%	5% a 6%	1.589.182	(1.041.300)	547.882	407.546
Veículos	20%	20%	145	(145)	-	-
Móveis e Utensílios	10%	10%	10.933	(8.103)	2.830	2.780
Demais bens	10%	10%	10.759	(8.597)	2.162	1.314
Imobilizado em andamento	-	-	498.119	-	498.119	266.546
			<u>2.577.112</u>	<u>(1.150.094)</u>	<u>1.427.018</u>	<u>1.011.645</u>

Consolidado	Taxa de depreciação média		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
	2024	2023			2024	2023
Terrenos	-	-	327.271	-	327.271	292.988
Edificações e Construções	2,73% a 6,67%	3,33% a 6,67%	765.628	(433.847)	331.781	246.430
Equipamentos e Instalações	5% a 10%	5% a 10%	5.065.052	(3.418.979)	1.646.073	1.207.362
Veículos	20%	20%	4.667	(4.385)	282	96
Móveis e Utensílios	10% a 14,45%	10%	40.654	(28.910)	11.744	5.842
Demais bens	10%	10%	55.825	(44.990)	10.835	6.376
Imobilizado em andamento	-	-	749.653	-	749.653	437.881
			<u>7.008.750</u>	<u>(3.931.111)</u>	<u>3.077.639</u>	<u>2.196.975</u>

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	2022	Adições líquidas de transferências			2023	Adições líquidas de transferências			2024
		Baixas	Depreciação			Baixas	Depreciação		
Terrenos	253.690	-	-	-	253.690	-	-	-	253.690
Edificações e Construções	81.863	5.169	-	(7.263)	79.769	50.812	(2.056)	(6.190)	122.335
Equipamentos e Instalações	455.250	42.417	(3.014)	(87.107)	407.546	250.022	(272)	(109.414)	547.882
Móveis e Utensílios	2.255	1.098	(28)	(545)	2.780	452	-	(402)	2.830
Demais bens	8.900	(6.766)	(4)	(816)	1.314	1.499	-	(651)	2.162
Imobilizado em andamento (*)	78.840	187.706	-	-	266.546	231.573	-	-	498.119
	880.798	229.624	(3.046)	(95.731)	1.011.645	534.358	(2.328)	(116.657)	1.427.018

Consolidado	2022	Adições líquidas de transferências			Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2023
		Baixas	Depreciação				
Terrenos	309.876	-	-	-	19.642	(36.530)	292.988
Edificações e Construções	268.954	20.717	-	(13.268)	26.889	(56.862)	246.430
Equipamentos e Instalações	1.354.978	191.792	(3.146)	(159.979)	167.826	(344.109)	1.207.362
Veículos	354	1	-	(10)	43	(292)	96
Móveis e Utensílios	7.086	1.751	(30)	(865)	1.283	(3.384)	5.841
Demais bens	17.230	(5.190)	(6)	(1.922)	858	(4.593)	6.377
Imobilizado em andamento (*)	321.884	164.578	-	-	19.003	(67.584)	437.881
	2.280.362	373.649	(3.182)	(176.044)	235.544	(513.354)	2.196.975

Consolidado	2023	Adições líquidas de transferências			Efeito de Aplicação da IAS 29	Ajustes de conversão	2024
		Baixas	Depreciação				
Terrenos	292.988	-	-	-	34.186	97	327.271
Edificações e Construções	246.430	57.397	(2.057)	(12.578)	40.201	2.388	331.781
Equipamentos e Instalações	1.207.362	360.536	(3.227)	(189.267)	262.968	7.701	1.646.073
Veículos	96	151	(3)	(14)	51	1	282
Móveis e Utensílios	5.841	3.219	(77)	(976)	3.712	25	11.744
Demais bens	6.377	7.617	(2)	(3.406)	243	6	10.835
Imobilizado em andamento (*)	437.881	277.359	-	-	34.237	176	749.653
	2.196.975	706.279	(5.366)	(206.241)	375.598	10.394	3.077.639

(1) Estão relacionados principalmente a melhoria e modernização das plantas.

Notas explicativas da Administração

às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas avaliam a recuperação do valor contábil do ativo imobilizados de acordo com o requerido pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificadas evidências de ativos com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

Em 2022, a controlada indireta Indupa Brasil procedeu com a revisão das vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliador externo. Com base na política da Companhia, as mudanças nas vidas úteis foram efetuadas de forma prospectiva, a partir de 2023 e o efeito representou uma diminuição da ordem de R\$ 24.177 na despesa de depreciação do exercício de 2023.

Em 2023, a Unipar Carbocloro procedeu com a revisão das vidas úteis estimadas dos bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliador externo. Com base na política da Companhia, as mudanças nas vidas úteis serão efetuadas de forma prospectiva, a partir de 2024 que representará um aumento na despesa de depreciação no montante de R\$ 1.912 para o ano de 2024.

Com a aprovação do Congresso Nacional Brasileiro sobre a Convenção de Minamata (Decreto nº 9.470, de 14 de agosto de 2018), na qual prevê a eliminação da utilização de mercúrio nos processos de manufatura como a produção de cloro-álcalis, a Companhia no ano de 2021 finalizou os estudos para o encerramento da produção com o uso da tecnologia de Mercúrio e efetuou aceleração da depreciação dos seus ativos imobilizados que estão relacionados a esta tecnologia para estarem totalmente depreciado até o final de 2024, uma vez que não se espera obter mais benefícios econômicos futuros com eles após esta data.

Em decorrência dos ajustes de hiperinflação registrados pela controlada direta Indupa Argentina, a Companhia avalia se há indicativos de perda do valor recuperável do ativo imobilizado. Apesar do cenário econômico desafiador em que está inserida, a controlada direta tem histórico de resultados operacionais positivos e de lucratividade nos últimos exercícios e detém *market share* significativo no mercado local.

Como parte desta avaliação, é feita uma análise do valor recuperável com base no valor em uso das operações na Argentina, com base nas projeções de resultados dos próximos 5 anos, considerando taxas de desconto e de crescimento compatíveis com as perspectivas de risco locais e da participação de mercado em que a controlada indireta atua. A análise não identificou nenhum indicativo de perda do valor recuperável do ativo imobilizado da controlada direta em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui compromissos assumidos com fornecedores no montante de R\$ 475.907 referente a projetos de investimentos relacionados a modernização da planta de Cubatão bem como a nova fábrica localizada em Camaçari – BA. A controlada indireta Indupa Brasil possui compromissos assumidos com fornecedores no montante de R\$ 107.003 referente a projetos de investimentos relacionados a modernização da planta de Santo Andre-SP.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Intangível

	Taxa anual de amortização		Controladora		Consolidado	
	2024	2023	Líquido		Líquido	
			2024	2023	2024	2023
Ágio	-	-	273.025	273.025	273.025	273.286
Direito de uso de Software	20%	20%	13.511	15.721	35.550	39.851
			286.536	288.746	308.575	313.137

No exercício de 2013, a Unipar Participações S.A, antiga denominação da Unipar Carbocloro S.A., que não era operacional, adquiriu participação adicional de 50% no capital da Carbocloro Indústrias Químicas Ltda. (“Carbocloro”). Tendo em vista que a Unipar Participações S.A. já detinha outros 50% do capital da Carbocloro na data desta aquisição, tal transação foi tratada como uma combinação de negócios em estágios, tendo sido apurado ágio total no montante de R\$ 273.025. A Carbocloro foi incorporada pela Companhia em 30 de setembro de 2013. Os saldos não são amortizados e só podem ser reduzidos pela venda do ativo relacionado ou por *Impairment*.

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e considerou, entre outros fatores, a relação entre sua capitalização no mercado e seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia entende que a capitalização de mercado era muito superior ao valor contábil de seu capital, corroborando o entendimento da administração de que não havia indicativos de perda por redução ao valor recuperável do ágio e dos ativos.

O valor recuperável foi determinado por meio de cálculo com base no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa futuros estimados em termos nominais para o período de cinco anos e baseados em previsões financeiras mais recentes aprovadas pela administração da Companhia. A taxa de desconto (WACC nominal) aplicada a projeções de fluxos de caixa futuros é de 14,75% (12,82% em 2023). Como resultado dessa análise, o valor em uso apurado foi muito superior ao valor contábil e, portanto, não foi identificada a necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Direito de uso e arrendamento por direito de uso

A decisão de não adotar o IFRS 16 / CPC 06 em 2022 e em períodos anteriores foi tomada após uma cuidadosa avaliação das características dos contratos de arrendamentos mantidos pela Companhia.

A Companhia determinou que a não aplicação neste período era a mais adequada às suas necessidades e à transparência na divulgação das informações financeiras por conta de os valores não serem relevantes. Em 2023 após nova análise, foram identificados novos contratos de locação que pelas suas características se faz necessária a aplicação integral da norma, sendo contratos de arrendamento de imóveis, relacionados ao escritório central localizado em São Paulo – SP e arrendamento de terrenos, relacionados à planta industrial localizada em Camaçari - BA.

a) Ativos de direito de uso

Controladora	Prazo de amortização (anos)	2022			2023	
			Adições e remensurações	Amortizações		
Terrenos (i)	15 anos	-	4.787	-	4.787	
Edificações	5 anos	-	5.369	(269)	5.100	
		-	10.156	(269)	9.887	

Controladora	Prazo de amortização (anos)	2023			2024	
			Adições e remensurações	Amortizações		
Terrenos (i)	15 anos	4.787	228	(388)	4.627	
Edificações	5 anos	5.100	3.009	(1.434)	6.675	
		9.887	3.237	(1.822)	11.302	

(i) O contrato de arrendamento prevê opção de compra do terreno ao seu término.

b) Arrendamento a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora	
	2024	2023
Saldo inicial	9.966	-
Apropriação de juros	1.551	184
Pagamento de contraprestação e juros de arrendamentos	(2.724)	(374)
Adições e remensurações	3.237	10.156
Descontos obtidos	(67)	-
Saldo final	11.963	9.966
Circulante	1.655	948
Não circulante	10.308	9.018

O cronograma de desembolsos futuros está apresentado abaixo:

	Controladora
	2024
Até 1 ano	1.655
De 1 a 2 anos	1.897
De 2 a 3 anos	2.174
De 3 a 4 anos	2.014
De 4 a 5 anos	236
Mais de 5 anos	3.987
Total	11.963

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas) e IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE)

i. Taxas de desconto

As taxas médias nominais ponderadas de desconto aplicadas nos contratos de arrendamento da Companhia é:

Contratos por prazo e taxas de descontos	2024	2023
Prazo contratos	Taxa % a.a.	Taxa % a.a.
1 a 5 anos	14,23%	14,79%

c) Efeitos de inflação e Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar - divulgações requeridas pela CVM no ofício SNC/SEP 02/2019

Os efeitos da inflação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
	2024	2023
Ativo de direito de uso, líquido		
Base nominal	11.302	9.887
Base inflacionada	13.483	10.061
Passivo de arrendamento		
Base nominal	11.963	9.966
Base inflacionada	13.676	10.071
Despesa financeiras		
Base nominal	850	174
Base inflacionada	1.107	174
Despesa amortização		
Base nominal	1.347	244
Base inflacionada	1.599	244

Os possíveis créditos de PIS/ COFINS sobre os pagamentos das contraprestações de arrendamentos, calculados com base na alíquota de 9,25% de acordo com a legislação tributária brasileira, estão demonstrados a seguir:

	Controladora	
Direito potencial de PIS /COFINS a recuperar	2024	2023
Fluxo de caixa a valor presente	542	922
Fluxo de caixa nominal	698	1.687

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores nacionais	42.515	32.378	319.943	239.701
Fornecedores nacionais - imobilizado	61.372	14.802	75.814	31.480
Fornecedores nacionais - partes relacionadas	10	78	-	-
Fornecedores nacionais - risco sacado (¹)	9.411	3.807	12.270	10.600
Fornecedores exterior	13.186	11.074	52.217	36.014
Fornecedores exterior - partes relacionadas	-	3.133	-	-
	126.494	65.272	460.244	317.795
Circulante	126.494	65.272	460.244	317.795

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(1) A Companhia e suas controladas firmaram contratos com bancos parceiros para estruturar com os seus fornecedores a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Tais contratos não preveem qualquer tipo de remuneração à Companhia ao efetivar as operações junto aos bancos. A operação não altera substancialmente os prazos, preços e condições comerciais anteriormente estabelecidos com os fornecedores e, portanto, a Companhia entende que continua sendo um passivo operacional e classifica na rubrica de Fornecedores. Ademais a Administração da Companhia também observou aspectos quantitativos uma vez que os valores envolvidos em tais transações não são relevantes em relação (i) ao saldo total de fornecedores e (ii) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

17. Empréstimos

	Moeda	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Em moeda nacional					
Debêntures - Unipar (2023 e 2024: CDI + 1,25% a.a.) (1)	R\$	6.084	137.965	6.084	137.965
Debêntures - Unipar (2023 e 2024: CDI + 1,90% a.a.) (2)	R\$	546.691	852.425	546.691	852.425
Debêntures - Unipar (2023 e 2024: CDI + 2,05% a.a.) (3)	R\$	764.663	765.158	764.663	765.158
Debêntures - Unipar (2024: CDI + 0,85% a.a.) (4)	R\$	298.135	-	298.135	-
Debêntures - Unipar (2024: CDI + 1,20% a.a.) (4)	R\$	190.372	-	190.372	-
Debêntures - Unipar (2024: CDI + 1,65% a.a.) (4)	R\$	283.359	-	283.359	-
BNB - Unipar (2024 - IPCA + 7,77% a.a.) (5)	R\$	153.417	-	153.417	-
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa Argentina (2023: 42% a.a.) (6)	AR\$	-	-	-	6
Capital de Giro Taxa Fixa - Indupa Argentina (2024 44% a.a.) (6)	AR\$	-	-	1.185	-
BNDES - Indupa Brasil (TJLP + 1,87% a.a.) (7)	R\$	-	-	6.538	10.376
BNDES - Indupa Brasil (IPCA + 2,14% a.a.) (7)	R\$	-	-	7.496	14.285
Nota Comercial - Unipar (2023 e 2024 - CDI + 1,50% a.a.) - (Nota 10) (8)	R\$	850.233	755.396	-	-
Nota Promissória - Unipar (2023 e 2024: CDI + 1,85% a.a.) (9)	R\$	-	271.206	-	271.206
Em moeda estrangeira					
ECA - Unipar (SOFR + 1,15% a.a.) (10)	US\$	48.079	-	48.079	-
		3.141.033	2.782.150	2.306.019	2.051.421
Circulante		283.334	404.151	95.286	415.411
Não circulante		2.857.699	2.377.999	2.210.733	1.636.010

(1) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 10 de Junho de 2019 em série única no montante total de R\$ 201.050, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia. A amortização de principal ocorreu em duas parcelas anuais sendo a primeira em junho de 2023 e a segunda em junho de 2024. Em setembro e novembro de 2024 houve a publicação da oferta de resgate antecipado onde foi amortizado 91% do montante do principal remanescente. A amortização será concluída em junho de 2025. Os juros são pagos semestralmente.

(2) (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 30 de abril de 2021, em duas séries, no total de R\$ 350.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A 1ª série no valor de R\$ 117.000 teve a amortização concluída em 29 de abril de 2024. A 2ª série no valor de R\$ 233.000 será amortizada em duas parcelas anuais vencíveis em 29 de abril de 2025 e 2026. Os juros são pagos semestralmente para ambas as emissões. Em setembro e novembro de 2024 houve a publicação da oferta de resgate antecipado onde foi amortizado 85% do montante do principal.

(ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 10 de novembro de 2021, em uma série, no total de R\$ 500.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A amortização do principal será em duas parcelas sendo a primeira em 13 de outubro de 2027, no valor de R\$ 250.000 e a segunda parcela será em 13 de outubro de 2028 no valor de R\$ 250.000. Os juros são pagos semestralmente.

(3) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 16 de outubro de 2023, em uma série, no total de R\$ 750.000, destinadas aos negócios de gestão ordinária. A amortização do principal será em duas parcelas sendo a primeira em 16 de novembro de 2029, no valor de R\$ 375.000 e a segunda parcela será em 16 de novembro de 2030 no valor de R\$ 375.000. Os juros são pagos semestralmente.

(4) Debêntures simples, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 05 de setembro de 2024, em três séries, no total de R\$ 750.000, destinadas aos negócios de gestão ordinária e/ou reperfilamento de dívidas. A 1ª série

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

no valor de R\$ 290.000 será amortizada em uma parcela anual em 05 de setembro de 2029. A 2ª série no valor de R\$ 185.000 será amortizada em duas parcelas anuais vencíveis em 5 de setembro de 2030 e 2031. A 3ª série no valor de R\$ 275.000 será amortizada em três parcelas anuais vencíveis em 05 de setembro de 2032, 2033 e 2034. Os juros são pagos semestralmente para as três séries.

- (5) Financiamento Via FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) destinado à construção da fábrica de Camaçari. O financiamento consiste em um prazo de 12 anos, sendo 2 anos de carência do principal e amortização mensal a partir do segundo ano. Os juros são pagos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização.
- (6) Empréstimos de curto prazo captados pela Indupa Argentina, em Pesos para capital de giro sem garantias
- (7) Captações destinadas à modernização e ampliação da linha de produção de resinas de PVC da fábrica de Santo André da controlada indireta Unipar Indupa do Brasil, garantidas por aval da Companhia. Para os empréstimos indexados ao IPCA o pagamento de juros e principal serão realizados anualmente com vencimento em 15 de setembro de 2025. Para os empréstimos indexados ao TJLP o pagamento de principal e juros são pagos mensalmente e tem como vencimento 17 de agosto de 2026.
- (8) A Companhia captou, nos dias 28 e 29 de novembro de 2022, recursos financeiros por meio de notas Comerciais ("notas") adquiridas pela sua controlada indireta Unipar Indupa do Brasil S.A, no montante total de R\$ 650.000. Em 29 de novembro de 2024, houve o alongamento do principal com vencimentos anuais a partir de 26 de novembro de 2027 a 26 de novembro de 2031. Os juros serão pagos anualmente a partir de 26 de novembro de 2025.
- (9) (i) Nota promissória emitidas em julho de 2021, livres de garantia em duas séries de R\$ 100.000, destinadas ao alongamento do perfil do endividamento consolidado da Companhia, bem como reforçar o seu caixa. A amortização do principal e juros da primeira série foi concluída no vencimento, em julho de 2024 e a segunda série foi concluída antecipadamente em setembro de 2024.
- (ii) Notas Comerciais Escriturais, não conversíveis em ações e livres de garantia, emitidas em 28 de março de 2024, em uma única série, no total de R\$ 500.000, destinadas para a realização de investimentos e aos negócios de gestão ordinária. A amortização de principal e juros foram concluídos antecipadamente em novembro de 2024.
- (10) Financiamento Via ECA (*Export Credit Agency*) destinado ao projeto *Phase-Out*, em dólares americanos. O financiamento consiste em um prazo de 12 anos, sendo 2 anos de carência do principal e amortização semestral a partir do segundo ano. Os juros são pagos semestralmente.

O cronograma de amortização desses empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2024</u>	<u>2024</u>
2025	283.334	95.286
2026	25.594	28.200
2027	383.614	253.701
2028	400.679	270.764
2029	815.679	685.764
2030 em diante	1.232.133	972.304
	<u>3.141.033</u>	<u>2.306.019</u>

Certos empréstimos e financiamentos, bem como as debêntures apresentam cláusulas que estabelecem o atendimento de determinados indicadores financeiros e não financeiros (*covenants*). Tais indicadores são mensurados trimestralmente e anualmente, conforme prazos estabelecidos em cada contrato. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com o atendimento dessas cláusulas.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Provisões sobre folha de pagamento	16.599	15.861	50.508	38.654
Participação nos lucros, bônus e prêmios	43.149	40.036	94.174	79.444
Encargos sociais	7.218	5.611	27.705	15.564
Outros	-	-	284	35
	66.966	61.508	172.671	133.697
Circulante	63.268	54.524	168.639	126.214
Não circulante	3.698	6.984	4.032	7.483

19. Energia elétrica

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil possuem contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica, na condição de consumidor livre. O custo de energia engloba o preço de aquisição da própria energia efetivamente contratada, Taxa do Uso do Sistema de Transmissão (“TUST”), acrescida dos encargos estabelecidos no âmbito governamental. Um destes encargos refere-se à Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), e seu valor é determinado anualmente pelo Governo Brasileiro através da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

CDE

A publicação pela ANEEL dos valores da CDE relativo aos períodos de agosto de 2015 a julho de 2016 e agosto de 2016 a julho de 2017 indicaram alta majoração deste encargo à Companhia. Sua controlada indireta Indupa Brasil e outros consumidores livres questionaram judicialmente tal majoração na cobrança, e esse questionamento deu-se através de dois processos judiciais patrocinados pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (“ABRACE”).

No decorrer dos processos, a ABRACE obteve liminar nas referidas ações assegurando que, enquanto os processos se encontrassem em julgamento, os consumidores livres que questionaram o valor deveriam ser cobrados por valores menores do que aqueles inicialmente estipulados. A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil provisionaram a diferença dos valores inicialmente estipulados e efetuaram os pagamentos apenas dos montantes previstos nas liminares de acordo com o faturamento do fornecedor.

Em 07 de outubro de 2021 foi proferida a primeira sentença procedente relativo ao processo que discutia o período de agosto de 2015 a julho de 2016. Em 17 de abril de 2024 foi publicada a segunda sentença favorável à Companhia relativo ao processo que discutia o período de agosto de 2016 a julho de 2017. Em razão das duas sentenças favoráveis confirmando as liminares anteriormente obtidas, a Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil embasada por parecer jurídico independente, que ratificou a probabilidade de perda como possível, avaliado também pelo patrono da causa, reverteram em 31 de dezembro de 2024 as provisões anteriormente constituídas.

Em 31 de dezembro de 2024 os processos encontravam-se no tribunal aguardando julgamento do recurso de apelação interposto pela ANEEL.

Adicionalmente, a publicação inicial do valor da CDE relativo ao ano de 2019 que indicava alta majoração deste encargo levou a Companhia, sua controlada indireta Indupa Brasil e outros consumidores livres a questionarem judicialmente a cobrança da CDE com seu novo valor. Este questionamento deu-se através de novo processo judicial patrocinado pela ABRACE, mas a

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

sentença foi considerada improcedente. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, deferiu o pedido de tutela de urgência para suspender a exigibilidade da tarifa de energia elétrica cobrada com os valores dos subsídios destinados a políticas públicas não relacionadas ao serviço público de energia elétrica até o julgamento da apelação interposta no feito originário. O Supremo Tribunal Federal suspendeu a decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por conseguinte, os recolhimentos estão sendo efetuados no valor total, desconsiderando a liminar deferida pelo Tribunal Regional. Em 31 de dezembro de 2024 o processo continua em discussão.

TUST

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil, por intermédio da ABRACE, ajuizaram ação tendo por objeto a declaração de inexigibilidade do pagamento da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST relativa à indenização de que trata o artigo 15, §2º, da Lei nº 12.783/2013.

A liminar foi deferida parcialmente “para determinar que a ANEEL exclua a parcela dita de “remuneração” da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização”. A sentença foi improcedente. Em razão disso, a Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil já estão recolhendo os valores que deixaram de ser pagos em razão da liminar deferida. Os pagamentos são realizados mensalmente na forma de um acréscimo na conta mensal de consumo, sendo revertido os valores provisionados.

PLD/ESS

A Companhia e sua controlada indireta Indupa Brasil, por intermédio da ABRACE, ajuizou ação que tem por objetivo o enfrentamento das distorções no Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e suas consequências no elevado custo do Encargo de Serviços do Sistema (ESS). A liminar deferida encontra-se suspensa em razão de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região em novembro de 2022. Sentença parcialmente procedente. Em 31 de dezembro de 2024, o processo aguarda julgamento pelo Tribunal Regional Federal.

20. Demandas judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fiscais	10.759	12.694	13.785	15.709
Trabalhistas e previdenciárias	23.753	30.211	32.755	42.767
Cíveis	1.487	1.627	10.443	10.309
Total	35.999	44.532	56.983	68.785
Depósitos judiciais fiscais	(6.019)	(8.214)	(6.019)	(8.214)
Depósitos judiciais trabalhistas	(6.157)	(7.921)	(10.674)	(12.626)
Depósitos judiciais cíveis	-	-	(8.682)	(8.682)
Total	(12.176)	(16.135)	(25.375)	(29.522)
	23.823	28.397	31.608	39.263
Circulante	845	963	1.539	2.730
Não Circulante	22.978	27.434	30.069	36.533

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	2022	Adições	Baixas/ Reversão	Transferência para depósito judicial com demanda judicial relacionada	Atualização monetária	2023	
Fiscais	11.270	1.792	(368)	-	-	12.694	
Trabalhistas e previdenciárias	19.635	13.738	(3.162)	-	-	30.211	
Cíveis	305	1.322	-	-	-	1.627	
Depósitos Judiciais	(15.039)	-	(145)	(557)	(394)	(16.135)	
	<u>16.171</u>	<u>16.852</u>	<u>(3.675)</u>	<u>(557)</u>	<u>(394)</u>	<u>28.397</u>	
Controladora	2023	Adições	Baixas/ Reversão	Transferência para depósito judicial com demanda judicial relacionada	Atualização monetária	2024	
Fiscais	12.694	982	(2.917)	-	-	10.759	
Trabalhistas e previdenciárias	30.211	(3.038)	(3.420)	-	-	23.753	
Cíveis	1.627	-	(140)	-	-	1.487	
Depósitos Judiciais	(16.135)	(1.100)	6.353	(70)	(1.224)	(12.176)	
	<u>28.397</u>	<u>(3.156)</u>	<u>(124)</u>	<u>(70)</u>	<u>(1.224)</u>	<u>23.823</u>	
Consolidado	2022	Adições	Baixas/ Reversão	Transferência para depósito judicial com demanda judicial relacionada	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2023
Fiscais	16.475	2.450	(3.216)	-	-	-	15.709
Trabalhistas e previdenciárias	35.757	14.949	(5.389)	-	46	(2.596)	42.767
Cíveis	8.479	1.830	-	-	-	-	10.309
Depósitos Judiciais	(20.281)	(8.684)	410	(557)	(394)	(16)	(29.522)
	<u>40.430</u>	<u>10.545</u>	<u>(8.195)</u>	<u>(557)</u>	<u>(348)</u>	<u>(2.612)</u>	<u>39.263</u>
Consolidado	2023	Adições	Baixas/ Reversão	Transferência para depósito judicial com demanda judicial relacionada	Atualização monetária	Ajustes de conversão	2024
Fiscais	15.709	1.065	(2.989)	-	-	-	13.785
Trabalhistas e previdenciárias	42.767	(5.076)	(4.939)	-	-	3	32.755
Cíveis	10.309	274	(140)	-	-	-	10.443
Depósitos Judiciais	(29.522)	(2.773)	8.703	(70)	(1.713)	-	(25.375)
	<u>39.263</u>	<u>(6.510)</u>	<u>635</u>	<u>(70)</u>	<u>(1.713)</u>	<u>3</u>	<u>31.608</u>

A Companhia e suas controladas, suportadas pela avaliação de seus consultores jurídicos, internos e externos, classificam a probabilidade de perda de suas demandas judiciais em “provável”, “possível” e “remota”.

Para as causas consideradas “prováveis” são constituídas provisões e, quando aplicável, os saldos são registrados líquidos dos depósitos judiciais atrelados aos processos, como segue:

Na controladora

Com probabilidade de perdas prováveis

a) Demandas fiscais

São compostos por diversos processos relacionados com disputas relativas a PIS, COFINS, INSS e IPTU, entre outros, que totalizam o montante de R\$ 7.265 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 9.399 em 31 de dezembro de 2023), avaliados como perda provável pelos consultores jurídicos.

i. Honorários de Sucesso

Unipar Carbocloro S.A.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2024 o montante dessas provisões é de R\$ 3.494 (R\$ 3.296 em 31 de dezembro de 2023).

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários e de funcionários de empresas contratadas que questionam principalmente o direito sobre gratificações, horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 20.234 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 26.693 em 31 de dezembro de 2023)

i. Honorários de Sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2024 o montante dessas provisões é de R\$ 3.518 (R\$ 3.518 em 31 de dezembro de 2023).

c) Demandas Cíveis

A Companhia possui processos relacionados a honorários sucumbenciais societários e em 31 de dezembro de 2024 não houve provisões (R\$ 127 em 31 de dezembro de 2023).

i. Honorários de sucesso

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2024 o montante dessas provisões é de R\$ 1.487 (R\$ 1.500 em 31 de dezembro de 2023).

Com probabilidade de perdas possíveis**a) Demandas fiscal**

São compostos principalmente por disputas de compensações de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal, processos judiciais tributários da ex-controlada Goyana, exigência de débito de IOF sobre operações de créditos com coligadas, indedutibilidade de despesas para fins de imposto de renda e contribuição social e exigência de débitos de PIS/COFINS, entre outros que totalizam R\$ 46.844 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 29.675 em 31 de dezembro de 2023). A Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos avalia a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias*i. Processos trabalhistas e previdenciários*

Esta rubrica é composta principalmente das ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários e de funcionários de empresas contratadas que questionam principalmente o direito sobre gratificações, horas extras, seus reflexos e respectivos encargos. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade possível o montante de R\$ 17.590 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 25.504 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Demais processos trabalhistas

Esta rubrica é composta de ações judiciais de natureza trabalhista, referente às discussões de ex-funcionários da ex-investida, que totalizam o montante de R\$ 3.912 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.912 em 31 de dezembro de 2023). A administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos considera a probabilidade de perda como possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências. Além disso a Companhia possui cláusula de reembolso relacionadas a estas ações judiciais. A Companhia possui decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho afastando a tese defendida pelos antigos funcionários da ex-investida.

c) Demandas judiciais ambientais

O Ministério Público do Estado de São Paulo Federal (“MPF”) requereu, através de ação civil pública, a reformulação da unidade de produção com células de mercúrio e a reparação de eventual dano ambiental, com pagamento de indenização. O processo foi extinto, em 1ª instância, sem resolução de mérito. O MPF interpôs recurso de apelação, sendo reformada a decisão para que se instaurasse a produção de provas. Após decisão das Instâncias Superiores (Superior Tribunal de Justiça – “STJ”) o processo retornou à Vara de origem para produção de provas e prolação de sentença. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 500. Contudo, na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

O Ministério Público Federal também distribuiu ação civil pública em face da Companhia requerendo a recuperação de eventuais danos ambientais, indenização de danos irreversíveis, implantação de sistemas de tratamento e monitoramento online, bem como a manutenção do controle gerencial de mercúrio e sua destinação. A perícia foi realizada em 13 de julho de 2016, tendo o laudo pericial sido favorável a Companhia. Em abril de 2023, o Juiz determinou a realização de nova perícia, sem data definida. Atualmente, aguarda-se a nova perícia. Para fins de recolhimento de custas, foi atribuído à causa o valor de R\$ 20.000. Contudo na atual fase processual, não é possível estimar valores confiáveis para o caso de eventual condenação.

Na controlada indireta Indupa Brasil

Com probabilidade de perdas prováveis

a) Demandas judiciais fiscais

Disputas no montante de R\$ 678 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 625 em 31 de dezembro de 2023), são processos relativos a imposto municipal.

A Companhia registra provisão para pagamento de honorários advocatícios cujos processos envolvem honorários de sucesso. Em 31 de dezembro de 2024 o montante dessas provisões é de R\$ 2.347 (R\$ 2.389 em 31 de dezembro de 2023).

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciários

Esta rubrica é composta principalmente pelas ações judiciais de natureza trabalhista, que, de maneira geral, referem-se a discussões de ex-funcionários que questionam, principalmente, o direito sobre danos materiais e morais, doença ocupacional, terceirização, gratificações por desempenho e equiparação salarial. A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 6.872 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 11.847 em 31 de dezembro de 2023).

c) Demandas judiciais cíveis

Basicamente, referem-se aos honorários de sucumbências de processos de recuperação de créditos de clientes inadimplentes, nos quais, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda provável o montante total de R\$ 8.956 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 8.682 em 31 de dezembro de 2023).

Com probabilidade de perdas possíveis

a) Demandas judiciais fiscais

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)

Como consequência da hiperinflação no passado, foi regulamentada (a partir de dezembro de 1995) a correção do valor dos bens do ativo imobilizado utilizando um índice obrigatório determinado pelo governo. Este índice foi mantido artificialmente em um menor valor durante 1991, em comparação com os índices de inflação de outras agências independentes. A Companhia corrigiu seus ativos por um índice maior no exercício de 1991, gerando assim uma depreciação anual maior para os exercícios fiscais futuros. A lei impositiva correspondente determinou que tais contribuições complementares sobre a depreciação, resultantes da diferença entre os índices, deveriam ser consideradas como despesa dedutível somente para efeito de imposto de renda para um período de seis anos que começava em 1992. No entanto, a Companhia decidiu considerar o montante dessa diferença como despesa dedutível de imposto de renda e contribuição social no primeiro ano. Como resultado, as autoridades fiscais notificaram a Companhia posteriormente. Em 31 de dezembro de 2024, o valor total das causas, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, como possível, é de R\$ 47.040 (R\$ 43.030 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia também possui processos de compensação de impostos e contribuições não homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 57.049 (R\$ 51.265 em 31 de dezembro 2023).

Com isso o montante de R\$ 104.089 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 97.673 em 31 de dezembro de 2023) foi considerado pela Administração, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, como probabilidade de perda possível e não mantém nenhuma provisão para estas contingências.

b) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciários

A Companhia também tem ações judiciais de natureza trabalhista, que de uma de maneira geral, são as mesmas discussões descritas nas contingências prováveis, mas que na avaliação de seus consultores jurídicos, foram consideradas com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 1.110 (R\$ 4.521 em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente a Companhia é parte em um processo trabalhistas avaliados com chance de perda possível, em que se pleiteia o reconhecimento de que um dos seus ex-clientes, que decretou falência, faria parte do seu grupo econômico. A Companhia obteve decisão desfavorável em primeira instância e entende que tem sólidos argumentos para reformar tal decisão. O Julgamento do tema segue suspenso aguardando pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria 1232 (RE 1387795).

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Demandas judiciais cíveis

A Companhia, baseada na avaliação de seus consultores jurídicos, considerou com probabilidade de perda possível o montante de R\$ 46.494 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 41.076 em 31 de dezembro de 2023), que também se refere aos honorários de sucumbências de processos de recuperação de créditos de clientes inadimplentes.

Na controlada Indupa Argentina

a) Demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias

i. Processos trabalhistas e previdenciários – Prováveis

As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-funcionários questionando principalmente o direito sobre diferenças indenizatórias e doença ocupacional, para os quais a controlada com base na avaliação de seus consultores jurídicos mantém provisão de R\$ 2.130 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 709 em 31 de dezembro de 2023).

21. Passivo ambiental

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos ambientais decorrentes de vazamento de substâncias químicas, falhas de equipamentos, acidentes de transporte ou falhas no processo de produção. A administração considera a proteção ao meio ambiente como um aspecto-chave de suas atividades, aplicando políticas que visam a prevenção e o controle desses riscos em todas as unidades de produção, que permitem o cumprimento, por vezes, além das normas legais.

O acompanhamento dos processos pela “CETESB” (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) ocorre por meio da avaliação dos relatórios e outros documentos relativos ao Gerenciamento de Áreas contaminadas emitidos por consultorias especializadas que atuam como responsáveis técnicos. Estes documentos são protocolados exclusivamente em meio digital no sistema e-ambiente da CETESB. Adicionalmente são realizadas visitas técnicas periódicas para acompanhamento das ações de gerenciamento dos passivos ambientais

Em cumprimento a estas políticas, a Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Na mensuração da provisão são consideradas todas as atividades necessárias para a gestão dos passivos ambientais (etapas de investigação, monitoramentos, operação e manutenção de sistemas de remediação, execução de testes piloto e implementação de planos de intervenção), incluindo as estimativas elaboradas pelas consultorias que atuam como responsáveis técnicos dos processos junto à “CETESB”, sendo reavaliada trimestralmente.

A Companhia com base no aprofundamento dos estudos técnicos por meio de monitoramento da qualidade das águas subterrâneas, estudos de alternativas das tecnologias de remediação, execução de testes piloto das alternativas selecionadas, bem como implementação de planos de intervenção, reavaliou sua estimativa para os gastos necessários para os próximos 5 anos em relação a gestão dos passivos ambientais.

Os saldos das provisões são os seguintes:

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Passivo ambiental	7.383	6.835	53.036	52.354
Circulante	590	840	16.617	19.361
Não circulante	6.793	5.995	36.419	32.993

Movimentação das provisões para passivo ambiental

Controladora	2022	Adições	Utilização	2023	Adições	Utilização	2024
Passivo ambiental	5.660	1.402	(227)	6.835	1.448	(900)	7.383

Consolidado	2022	Adições	Utilização	Ajustes de conversão	2023	Adições	Utilização	Ajustes de conversão	2024
Passivo ambiental	59.959	15.448	(12.604)	(10.449)	52.354	13.393	(12.744)	33	53.036

A Companhia vem solicitando junto à “CETESB” conforme acordado entre as partes a nova versão das planilhas de riscos para dar prosseguimento à implantação do plano de intervenção definitivo.

Em 31 de dezembro de 2024, a estimativa de gastos anuais é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
2025	590	16.617
2026	3.383	17.944
2027	3.058	8.595
2028	185	5.190
2029	167	4.690
	7.383	53.036

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes dos impostos	699.110	939.091	784.044	1.165.461
Alíquota nominal combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota nominal combinada	(237.697)	(319.291)	(266.575)	(396.257)
Diferenças permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	84.192	140.086	6.066	4.577
Diferença da alíquota nominal para controlada na Argentina	-	-	(15.921)	937
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (1)	-	-	(3.485)	(127.864)
Exclusão da atualização monetária SELIC sobre impostos a recuperar (2)	7.958	2.318	17.556	17.782
Incentivo à inovação tecnológica (3)	1.860	280	20.024	45.854
Ajuste por inflação impositivo Lei 20628 Art. 105.(4)	-	-	13.007	(2.515)
Outros	173	3.896	(438)	3.462
Total das diferenças permanentes	94.183	146.580	36.809	(57.767)
Outros itens de reconciliação				
Incentivo à inovação tecnológica (3)	-	1.350	2.840	48.090
Exclusão da atualização monetária SELIC sobre indêbitos tributários (2)	-	19.778	-	31.746
	-	21.128	2.840	79.836
Total da despesa de IRPJ e CSLL registrada no resultado	(143.514)	(151.583)	(226.926)	(374.188)
Alíquota efetiva combinada de IRPJ e CSLL	20,53%	16,14%	28,94%	32,10%
IRPJ e CSLL correntes	(105.297)	(194.928)	(166.547)	(290.607)
IRPJ e CSLL diferidos	(38.217)	22.217	(63.219)	(163.417)
Exclusão da atualização monetária SELIC sobre indêbitos tributários (2)	-	19.778	-	31.746
IRPJ e CSLL crédito Lei do Bem	-	1.350	2.840	48.090
Total da (despesa)/ receita de IR e CSLL	(143.514)	(151.583)	(226.926)	(374.188)

- Refere-se aos efeitos na alíquota efetiva causados pelos ajustes de hiperinflação conforme IAS 29, registrados pela Indupa Argentina.
- Refere-se à aplicação da alíquota de 34% sobre o valor da atualização monetária com base na taxa SELIC sobre (i) créditos de PIS/COFINS e (ii) valor do crédito decorrente da exclusão de atualização monetária da SELIC sobre indêbitos tributários de anos anteriores mediante trânsito em julgado, reconhecido em 2023, conforme informado na nota explicativa.
- Corresponde ao benefício da lei do Bem, que permite a Companhia e sua controlada indireta Indupa do Brasil deduzir uma parcela dos valores investidos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico nos exercícios de 2024
- Na controlada Indupa Argentina refere-se ao resultado da diferença entre a apuração da depreciação impositiva ajustadas por inflação em relação à apuração da depreciação histórica contábil.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, sobre a base negativa da contribuição social e sobre as diferenças temporárias apuradas entre o lucro contábil e o lucro tributável. As alíquotas para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, das bases negativas de contribuição social e das diferenças temporárias. Para determinação desse reconhecimento, a Companhia utiliza como parâmetros conforme o CPC 32. Esta norma indica que os montantes a serem recuperados devem ser determinados com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Como qualquer estimativa, estas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas internas e em hipóteses para cenários econômicos futuros que podem, com o passar do tempo, sofrer alterações.

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto diferido ativo				
Demandas judiciais	15.484	18.543	21.894	26.548
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	24.281	50.052
Passivo ambiental	2.510	2.324	14.465	14.540
Obrigação com benefícios a empregados (IAS 19)	1.542	886	8.974	10.998
Provisão de encargos de energia elétrica	1.001	28.398	1.575	44.956
Provisão para desvalorização de estoques	2.171	1.741	4.601	4.856
Rateio Corporativo	-	-	5.333	20.102
Provisão de despesas com investidas no exterior	20.907	12.543	20.907	12.543
Ajustes acumulados de conversão da Mais Valia Indupa Argentina	19.556	22.543	19.556	22.543
Outros	8.419	6.152	56.149	22.917
Total do imposto diferido ativo	71.590	93.130	177.735	230.055
Imposto diferido passivo				
Efeito sobre combinação de negócios (1)	(376.108)	(389.632)	(376.108)	(389.632)
Efeito da Cisão em controlada (2)	(7.621)	-	(7.621)	-
Efeito da depreciação (contábil / fiscal) (3)	(77.494)	(77.871)	(183.644)	(169.413)
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação) (4)	-	-	(236.114)	(117.785)
Ajuste por inflação impositivo Lei 20628 Art. 105.	-	-	(229)	(473)
Atualizações Monetárias	(865)	(865)	(865)	(865)
Encargos capitalizados	(5.247)	(2.529)	(7.115)	(4.569)
Efeito tributário sobre o ganho pelo método de aplicação de equivalência patrimonial	(6.074)	(6.074)	(6.074)	(6.074)
Ganho financeiro não realizado	-	-	-	(4.315)
Exclusão do ICMS da Base de cálculo do PIS/COFINS (6)	-	-	(82.331)	(103.528)
Variação Cambial - Regime de Caixa (5)	(39.846)	(14.787)	(220.341)	(190.738)
Total do imposto diferido passivo	(513.255)	(491.758)	(1.120.442)	(987.392)
Líquido (Passivo) de imposto diferido	(441.665)	(398.628)	(942.707)	(757.337)
Ativo de imposto diferido líquido	-	-	220	-
Passivo de imposto diferido líquido	(441.665)	(398.628)	(942.927)	(757.337)

- Na Combinação de negócios está contemplado o valor da receita por compra vantajosa relativo à aquisição da Unipar Indupa S.A.I.C. no ano de 2016. Em 31 de dezembro de 2024 a base de cálculo da receita por compra vantajosa apresenta o montante de R\$ 956.703 (R\$ 987.232 em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, na linha de combinação de negócios também está incluso o valor líquido da mais valia dos ativos relativos à aquisição da Carbocloro no ano de 2013. Em 31 de dezembro de 2024 o montante da base de cálculo desta mais valia é de R\$ 149.496 (R\$ 158.745 em 31 de dezembro de 2023).
- Efeito do ganho de participação na Unipar Participaciones em virtude da cisão mencionada no item anterior. Em 31 de dezembro de 2024 a base de cálculo apresenta o montante de R\$ 22.414.
- A diferença de depreciação evidenciada ocorre em função da vida útil contábil baseada em laudo de avaliação ser maior do que a vida útil fiscal.
- Corresponde ao imposto de renda diferido sobre a diferença entre a base contábil, ajustada pelos efeitos de hiperinflação, e a base fiscal da controlada Unipar Argentina.
- Corresponde ao resultado de variação cambial (ganho ou perda) que é computado, para fins fiscais, quando efetivamente realizado, de acordo com o regime de caixa.
- Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da parcela de principal dos créditos de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS na controlada indireta Indupa Brasil constituiu passivo diferido relacionado ao mesmo tema sobre o montante de R\$ 252.589 (R\$ 304.495 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia realiza anualmente estudo técnico de viabilidade relativo à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O cronograma de realização IRPJ e CSLL diferidos ativo é o seguinte:

	Controladora	Consolidado
2025	37.866	83.796
2026	8.431	46.059
2027	8.431	15.177
2028	8.431	15.177
2029	8.431	17.526
	71.590	177.735

A Companhia ainda possui uma parcela de prejuízos fiscais não operacionais provenientes de vendas de participações societárias em 2010 para os quais não foi reconhecido ativo fiscal diferido.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor total destes prejuízos fiscais não operacionais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 525.257.

A controlada indireta Indupa Brasil não possui prejuízos fiscais operacionais e base negativa de contribuição social para os quais ainda não tenha sido reconhecido ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia tem em sua estrutura societária subsidiária localizada na Argentina, cujos lucros são tributados pelo imposto de renda daquele país por alíquotas superiores às vigentes no Brasil.

Movimentação do IRPJ e CSLL diferido entre resultado e outros resultados abrangentes no patrimônio líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo Inicial	(398.628)	(417.057)	(757.337)	(660.385)
No resultado	(38.217)	22.217	(174.694)	(224.936)
No resultado (Efeito do cálculo final do incentivo da Lei do Bem na provisão)	-	31	873	14.013
No patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	(4.820)	(3.819)	(11.549)	114.432
No passivo	-	-	-	(461)
Saldo Final	(441.665)	(398.628)	(942.707)	(757.337)

Movimentação da provisão de IRPJ e CSLL a recolher (a recuperar)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	51.629	254.800	29.215	290.319
Dedução com saldo IRRF	(32.294)	(14.683)	(46.640)	(14.683)
Compensações (Créditos de outros impostos)	-	-	(42.233)	(15.987)
Pagamento do saldo de IRPJ e CSLL referente ao exercício anterior	(46.496)	(253.716)	(50.046)	(290.247)
Pagamento do saldo IRPJ e CSLL parcelado	-	(5.282)	-	(5.282)
Atualização do parcelamento IRPJ e CSLL referente ao exercício anterior	482	2.207	482	2.207
Provisão de IRPJ e CSLL do exercício	105.297	194.928	167.338	238.260
Antecipações de IRPJ e CSLL no exercício	(79.710)	(133.750)	(88.059)	(182.647)
Reclassificação das antecipações efetuadas a maior durante o exercício para impostos a recuperar	7.135	-	7.135	-
Reclassificação das antecipações efetuadas a maior referente ao exercício anterior para impostos a recuperar	-	7.125	32.322	7.125
Ajustes de conversão	-	-	6.633	806
Saldo final de IR/CS a recolher	6.043	51.629	31.477	62.193
Saldo final de IR/CS a recuperar	-	-	(15.330)	32.322

A medida provisória 1262/2024 institui o adicional de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") numa adoção parcial das regras do Pilar 2 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") a partir de 1 de janeiro 2025 para Grupos econômicos com faturamento acima de 750 milhões de euros. Sendo que a Unipar supera o limite de 750 milhões de euros de faturamento anual, operando no Brasil e na Argentina, ante a aplicação da nova regra no Brasil, o Grupo está acompanhando mensalmente durante o ano 2025 a evolução da taxa efetiva de cada uma das empresas localizadas no Brasil visando cumprimento das novas regras estabelecidas pela MP 1262/2024.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Outros impostos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS a recolher	15.845	13.791	16.901	14.595
ICMS a recolher - parcelamento	3.730	11.397	8.051	22.136
PIS a recolher	417	652	417	690
COFINS a recolher	2.005	3.139	2.005	3.480
Impostos retidos, impostos e taxas estaduais e de prefeituras	9.946	5.408	22.122	21.783
Imposto sobre investimentos - Argentina	-	-	3.918	7.284
	31.943	34.387	53.414	69.968
Circulante	31.943	30.938	53.414	62.523
Não circulante	-	3.449	-	7.445

24. Obrigações com benefícios aos empregados

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Seguro saúde	4.535	2.606	9.293	19.972
Benefícios rescisórios	-	-	13.759	10.481
Gratificação por tempo de serviço	-	-	1.100	1.346
Total	4.535	2.606	24.152	31.799

Controladora	2022	Uso	Provisão - Resultado	Provisão (Reversão) - ORA	2023	Uso	Provisão - Resultado	Provisão (Reversão) - ORA	2024
Plano de Saúde	-	-	5	(5)	-	-	-	-	-
Seguro Saúde	6.056	(1.558)	969	(2.861)	2.606	(131)	248	1.812	4.535
Total	6.056	(1.558)	974	(2.866)	2.606	(131)	248	1.812	4.535

Consolidado	2022	Uso	Provisão - Resultado	Provisão (Reversão) - ORA	Ajustes de conversão	2023
Plano de Saúde	-	-	5	(5)	-	-
Seguro Saúde	17.781	(2.170)	2.263	2.098	-	19.972
Benefícios rescisórios	7.228	(317)	1.319	5.806	(3.555)	10.481
Gratificação por tempo de serviço	1.012	(318)	200	452	-	1.346
Total	26.021	(2.805)	3.787	8.351	(3.555)	31.799

Consolidado	2023	Uso	Provisão - Resultado	Provisão (Reversão) - ORA	Ajustes de conversão	2024
Seguro Saúde	19.972	(296)	2.165	(12.548)	-	9.293
Benefícios rescisórios	10.481	(3.483)	13.483	(7.382)	660	13.759
Gratificação por tempo de serviço	1.346	(264)	308	(290)	-	1.100
Total	31.799	(4.043)	15.956	(20.220)	660	24.152

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e contribuições definidas a seus empregados que tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefícios definidos são calculados por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxa de juros, inflação, aumento dos benefícios futuros, contribuições de colaboradores ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para as patrocinadoras. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Através de seus planos de benefícios definidos, a Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

a) Volatilidade dos ativos

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos privados ou do governo, na ausência de mercado ativo; caso os ativos do plano não atinjam essa rentabilidade, isso criará um déficit que necessitará de equacionamento.

b) Variação na rentabilidade dos títulos

Uma diminuição na rentabilidade de títulos privados ou governamentais resultará no aumento das obrigações do plano, embora essa variação seja compensada parcialmente por aumento no valor justo dos títulos detidos pelos planos.

c) Risco de inflação

Algumas obrigações dos planos de benefícios são vinculadas à inflação, sendo que uma inflação maior levará a um maior nível de obrigações. A maior parte dos ativos dos planos ou não são afetados ou tem uma pequena correlação com a inflação, o que significa que uma alta de inflação resultará também em alta do déficit.

d) Expectativa de vida

A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.

e) Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas levam em conta tábuas de mortalidade, invalidez e rotatividade e são estabelecidas pelos atuários de acordo com o perfil dos colaboradores.

Na Controladora

a) Plano de contribuição definida

A Companhia oferece aos seus colaboradores um plano de previdência complementar que são executados pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"), entidade de previdência complementar fechada dotada de autonomia administrativa.

São custeados pelos participantes e pela patrocinadora. Durante o exercício de 2024, a Companhia contribuiu para o plano com R\$ 3.417 (R\$3.577 no exercício de 2023), sendo esse montante registrado como despesa. Uma vez pagas essas contribuições a Companhia não têm mais quaisquer obrigações ou compromissos junto ao plano.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas estão a seguir descritas:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Taxa de desconto nominal	11.46% a 11,91% a.a.	5,53% a 5,59% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4 % a.a.	4 % a.a.
Inflação médica	2% a.a.	2 % a.a.
Mortalidade geral	AT-2000 Basic M/F	AT-2000

c) Plano de aposentadoria

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2024 é de 72 (74 em 31 de dezembro de 2023).

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A posição atuarial do plano em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Controladora	
	2024	2023
Valor presente das obrigações atuariais	45.677	42.534
Valor justo dos ativos	(95.937)	(85.916)
Superávit	(50.260)	(43.382)
Efeito do teto do ativo	50.260	43.382
Passivo atuarial líquido	-	-

Não se espera que o superávit apresentado traga benefícios econômicos e, portanto, a Companhia não pode reconhecê-lo como um ativo atuarial líquido, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados.

A movimentação do valor presente das obrigações atuariais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2024	2023
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	42.534	69.309
Custo financeiro	3.932	6.251
(Ganhos) Perdas atuariais - experiência	12.957	(29.729)
(Ganhos) Perdas atuariais - premissas financeiras	(7.149)	1.287
Benefícios pagos	(6.598)	(4.584)
Saldo em 31 de dezembro	45.676	42.534

A movimentação do valor justo dos ativos do plano nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é demonstrada a seguir:

	Controladora	
	2024	2023
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício anterior	85.914	87.973
Receitas de juros sobre os ativos do plano	8.430	(5.512)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	8.190	8.038
Contribuições do empregador	-	-
Benefícios pagos	(6.598)	(4.585)
Saldo em 31 de dezembro	95.936	85.914

Os investimentos que compõem os ativos do plano estão representados substancialmente por aplicações em títulos públicos.

Não houve movimentação do passivo atuarial líquido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2023 é de R\$ 6 e não há montante de projeção para o exercício seguinte.

d) Plano de Saúde

A Companhia oferece a alguns dos seus ex-colaboradores planos de assistência médica e odontológica decorrente dos artigos 30 e 31 da Lei 9.658/1998. O Plano de Assistência Médica mantido pela Companhia possui um contingente de 30 inativos em gozo de benefício vitalício com base no artigo 31 da Lei 9.656/98.

A Companhia oferece a seus colaboradores um benefício de saúde pós-aposentadoria de 2 anos, quando, de forma cumulativa ele tenha o seu contrato de trabalho rescindido e já esteja aposentado pela previdência oficial.

Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2024 é de 507 (503 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente o número de assistidos é de 27.

A movimentação do passivo atuarial desse benefício nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é apresentada a seguir:

	Controladora	
	2024	2023
Obrigações atuariais no final do exercício anterior	2.606	6.056
Custo de serviço corrente, juros sobre passivo líquido e custo de serviço passado	248	968
Contribuições da patrocinadora	(131)	(1.557)
Efeitos de remensuração - (ganhos)/perdas atuariais e variação de teto do ativo no período	1.812	(2.861)
	4.535	2.606

As despesas de custos de serviço e financeiro e os ganhos e perdas atuariais desses benefícios reconhecidas no exercício de 2024 é de R\$ 248 e a projeção para o exercício seguinte é de receita atuarial de R\$ 223.

Análise de sensibilidade dos benefícios definidos

<u>Descrição da premissa</u>	<u>Avaliação do impacto</u>	Impacto em R\$ mil efeito na obrigação 2024		
		<u>Plano de previdência</u>	<u>Plano de saúde - Lei - 9.656</u>	<u>Plano de saúde Acordo coletivo</u>
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	44.309	1.873	2.475
Taxa de desconto	Redução de 0,5%	47.134	2.043	2.694
Taxa da inflação médica	Aumento de 1%	-	2.148	2.828
Taxa da inflação médica	Redução de 1%	-	1.787	2.365
Tábua de mortalidade geral	Aumento +1 ano	44.568	1.844	2.560
Tábua de mortalidade geral	Redução -1 ano	46.771	2.068	2.598

Na Indupa Brasil

a) Plano de contribuição definida

A Companhia patrocina um plano de contribuição definida custeado pelos participantes e pela patrocinadora, o qual é administrado pela Carboprev Sociedade de Previdência Privada ("Carboprev"). Uma vez paga as contribuições a Companhia não tem mais obrigações ou compromissos com o plano. Em 2024, o total das contribuições foram de R\$ 1.506 e em 2023 R\$ 1.661.

b) Planos de benefícios definidos

As principais hipóteses econômicas e biométricas, utilizadas para a avaliação atuarial anual em 31 de dezembro de 2024 e 2023 relativas aos planos de saúde/seguro saúde, benefícios rescisórios e gratificação por tempo de serviço estão a seguir descritas:

	2024	2023
Taxa de desconto nominal	11,50% a 11,86% a.a.	5,56% a 5,60 % a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4% a.a.	4% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	4,50% a.a.	4,52% a.a.
Inflação médica	2% a.a.	2% a.a.
Mortalidade geral	AT-2000 Basic M/F	AT-2000
Entrada em Invalidez	Alvaro Vendas (Saúde) e Light Fraca	Light Fraca

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Plano de Saúde / seguro saúde

A Companhia oferece um seguro saúde pós-emprego para determinados colaboradores e ex-colaboradores aposentados. Esse benefício é contabilizado como uma obrigação pós-emprego com característica de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2024 é de 147 (151 em 31 de dezembro de 2023). O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 4.758 (R\$ 17.366 em 31 de dezembro de 2023).

d) Gratificação por tempo de serviço

A Companhia oferece a todos os seus colaboradores uma gratificação ao completarem 10 e 25 anos de trabalho. Essa gratificação é contabilizada como uma obrigação de benefício definido. A quantidade de beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2024 é de 344 (336 em 31 de dezembro de 2023). O passivo atuarial desse benefício em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.100 (R\$1.346 em 31 de dezembro de 2023).

e) Benefícios rescisórios

A Companhia tinha um benefício de indenização adicional por desligamento para determinados colaboradores. Este plano foi encerrado em 2024.

A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro, dos benefícios citados no item “c”, “d” e “e” acima, para o exercício seguinte está descrita a seguir:

	<u>2025</u>
Seguro saúde	1.377
Benefícios rescisórios	<u>304</u>
	<u>1.681</u>

Na Indupa Argentina

a) Plano de contribuição definida

A controlada Indupa Argentina patrocina um plano de contribuição definida custeada pelos participantes e pela patrocinadora administrado pelo banco BNP (*Fideicomiso Optimum*). Uma vez paga as contribuições a controlada não tem mais obrigações. Os valores pagos em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 1.984 (em 31 de dezembro 2023 R\$ 547).

b) Plano de benefício definido

As principais hipóteses econômicas e biométricas utilizadas para a avaliação anual em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão a seguir descritas:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Taxa de desconto nominal	11,63% a.a.	19,50% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	18% a.a.	154% a.a.
Taxa de crescimento salarial futuro	18,59%	155,27%
Mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca

c) Plano de benefício por desligamento, invalidez ou morte

A controlada proporciona um benefício de indenização em caso de desligamento, invalidez ou morte. Em caso de desligamento a elegibilidade é a partir dos 65 anos para homens e 60 para mulheres. O montante do benefício a ser pago em parcela única varia entre três a seis salários

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

mensais dependendo do motivo da elegibilidade. A quantidade de participantes beneficiários desse plano em 31 de dezembro de 2024 é de 538 (566 em 31 de dezembro de 2023). Esse benefício é contabilizado como uma obrigação de benefício definido e o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 13.759 (R\$3.774 em 31 de dezembro de 2023). A projeção de despesas de custos de serviço e financeiro desse plano de benefício para o exercício seguinte é de R\$ 4.938.

25. Capital Social

a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação de seu Conselho de Administração, até o valor de R\$ 1.200.000 (R\$ 1.200.000 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia capitalizou um montante de R\$ 242.233 através da utilização de parte do saldo da reserva estatutária, denominada reserva para investimento, em conformidade com o disposto no artigo 169 da Lei das Sociedades por Ações, para aumento do capital social com a emissão de 10.387.614 ações atribuídas a título de bonificação, de forma gratuita, aos detentores de ações em 18 de abril de 2024, na proporção de uma nova ação de cada espécie para cada 10 ações detidas da mesma espécie.

b) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.170.110 (R\$ 927.877 em 31 de dezembro de 2023) composto por ações nominativas escriturais, com a seguinte distribuição.

	Controladora	
	Quantidade de ações	
	2024	2023
Ações ordinárias	39.059.883	36.308.767
Ações preferenciais Classe A	2.435.822	2.245.812
Ações preferenciais Classe B	71.677.560	65.321.579
	113.173.265	103.876.158

c) Direitos das ações

As ações ordinárias têm direito a voto nas deliberações sociais. As ações preferenciais Classe A têm direito ao recebimento de dividendo mínimo prioritário de 10% ao ano sobre a parcela de capital social constituída por essa classe de ação, dividendo a ser entre elas rateado igualmente, sendo assegurado que tais dividendos não serão inferiores a 110% do atribuído a cada ação ordinária.

Ultrapassado o limite de pagamento mínimo de dividendos às ações preferenciais classe A, as ações preferenciais classe B e ordinárias passam a receber dividendos. Neste caso, os dividendos pagos às ações preferenciais classe B devem ser 10% superiores aos dividendos pagos às ações ordinárias

As ações preferenciais Classe B têm prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia

Todas as ações participam em igualdade de condições na distribuição de bonificações em ações decorrentes da capitalização de reservas e/ou de lucros.

d) Ações em tesouraria

A Companhia possui 450.424 ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2024 (346.599 em 31 de dezembro de 2023) no valor contábil de R\$ 22.080 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 28.276 em 31

Notas explicativas da Administração

às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

de dezembro de 2023). O valor de mercado destas ações em 31 de dezembro de 2024 representava R\$ 27.497 (R\$ 24.635 em 31 de dezembro 2023).

Entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou recompra de 1.191.415 ações ao preço médio ponderado de R\$ 52,23, totalizando R\$ 62.223. As ações foram adquiridas no âmbito do Quarto Programa de Recompra de Ações da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2023 para recompra de até 5.336.669 ações de emissão da Companhia e no âmbito do Quinto Programa de Recompra de Ações da Companhia, aprovado pelo Conselho de Administração em 13 de novembro de 2024 para recompra de até 6.238.990 ações de emissão da Companhia, para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações no mercado

Em 13 de novembro de 2024, a Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 1.090.507 ações de sua emissão, mantidas em tesouraria, todas nominativas, e escriturais, sem valor nominal, das seguintes espécies e classes: (i) 879.760 ações ordinárias; (ii) 34.571 ações preferenciais classe "A"; e (iii) 176.176 ações preferenciais classe "B". Tais cancelamentos não implicaram em alteração do valor de seu capital social.

A movimentação detalhada das ações em tesouraria está demonstrada a seguir:

Ações em tesouraria	Nº ações em 2022	Recompras	Concessão de ações	Nº ações em 2023
Ações ordinárias	318.900	-	-	318.900
Ações preferências - A	27.610	-	-	27.610
Ações preferências - B	30.582	21.700	(52.193)	89
Total	377.092	21.700	(52.193)	346.599

Ações em tesouraria	Nº ações em 2023	Recompras	Bonificação	Concessão de ações	Cancelamento	Nº ações em 2024
Ações ordinárias	318.900	523.600	54.060	-	(879.760)	16.800
Ações preferências - A	27.610	8.000	2.761	-	(34.571)	3.800
Ações preferências - B	89	659.815	3.508	(57.412)	(176.176)	429.824
Total	346.599	1.191.415	60.329	(57.412)	(1.090.507)	450.424

e) Transações com pagamentos baseados em ações – Plano de ações restritas

No dia 13 de julho de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o Plano de Concessão de Ações Restritas da Companhia ("Plano de Concessão"), que consiste na entrega de ações preferenciais da Companhia às pessoas elegíveis, conforme definido pelo Conselho de Administração, que administra o Plano de Concessão.

O Plano de Concessão é realizado mediante a celebração de contrato entre a Companhia e cada participante. O Plano foi criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos participantes na Companhia, bem como ao reconhecimento dos serviços prestados pelos participantes à Companhia, visto que, sujeito ao cumprimento de determinadas condições estabelecidas pelo Conselho de Administração, os participantes farão jus ao recebimento de Ações restritas.

Em conformidade com o Plano de Concessão, em julho de 2022, foram concedidas 365.350 ações preferenciais classe B, restritas aos participantes aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Naquele mês, foram exercidas/entregues 156.578 ações restritas, que não estavam sujeitas à nenhuma condição ou período de *vesting* com a utilização de ações em tesouraria, ao custo de R\$ 15.000. Em julho de 2023, foram exercidas/entregues 52.193 ações restritas que estavam sujeitas à condição ou período de *vesting* com a utilização de ações em tesouraria, ao

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

custo de R\$ 6.520. Em função da bonificação em ações aprovada na AGOE de abril de 2024, o saldo das ações a serem exercidas foi bonificado em 15.657 ações, na proporção de uma nova ação para cada 10 ações. Durante o ano de 2024 foram exercidas/entregues o total de 57.412 ações restritas que estavam sujeitas à condição ou período de *vesting* com a utilização de ações em tesouraria ao custo de R\$ 6.916.

Abaixo seguem as movimentações das ações restritas:

	2023	
	Ações restritas	
	Preço do exercício (em reais)	Quantidade (em unidades)
Saldo inicial do exercício	-	208.772
Movimentações		
Concedidas	-	-
Exercidas	90,57	(52.193)
Saldo final no exercício		156.579
	2024	
	Ações restritas	
	Preço do exercício (em reais)	Quantidade (em unidades)
Saldo inicial do exercício	-	156.579
Movimentações		
Bonificadas	54,96	15.657
Exercidas	87,33	(57.412)
Saldo final no exercício		114.824

O saldo remanescente de 114.824 ações restritas será entregue ao participante em mais 02 parcelas anuais, entre julho de 2025 e julho de 2026. O valor justo deste saldo remanescente será apropriado ao resultado do exercício, na rubrica de “Despesas administrativas”, de forma proporcional a cada parcela anual.

Até 31 de dezembro de 2024 houve apropriação ao resultado de R\$ 6.450 que inclui R\$ 1.774 do encargo de IRRF assumido pela Companhia.

26. Reservas de lucros

	Reservas de lucros				
	Reserva legal	Reserva Especial para Dividendos	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para investimento	Total
Em 31 de dezembro de 2022	185.576	185.576	-	639.621	1.010.773
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	-	2.544	2.544
Dividendos intermediários	-	-	-	(82.896)	(82.896)
Constituição de Reservas	-	-	535	590.230	590.765
Em 31 de dezembro de 2023	185.576	185.576	535	1.149.499	1.521.186
Reversão de Dividendos Prescritos e não Reclamados	-	-	-	31.288	31.288
Dividendos intermediários	-	-	-	(171.302)	(171.302)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	(64.973)	(64.973)
Aumento do Capital Social	-	-	-	(242.233)	(242.233)
Constituição de Reservas	27.780	27.780	-	263.030	318.590
Em 31 de dezembro 2024	213.356	213.356	535	965.309	1.392.556

A Companhia após a distribuição de resultado do exercício de 2024, ficou com suas reservas de lucros acima do seu capital social e para regularizar esta diferença a Administração propôs dividendos adicionais que foram aprovados em reunião do conselho de Administração realizada em 13 de março de 2025 no montante de R\$ 250.000.

Unipar Carbocloro S.A.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, de acordo com a legislação societária.

b) Reserva especial para dividendos – estatutária

Constituída com base no estatuto social da Companhia, com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, que não poderá exceder 20% do capital social, a reserva tem por finalidade assegurar fluxo regular de dividendos e possibilitar, se aplicável, o pagamento antecipado do dividendo obrigatório. Eventuais reversões devido ao pagamento antecipado de dividendo obrigatório devem ser recompostas.

c) Reserva para investimentos – estatutária

Criada no exercício de 2014, a reserva para investimentos está prevista no estatuto social e tem por finalidade assegurar a realização de investimentos de interesse da Companhia, bem como reforçar seu capital de giro.

d) Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída conforme disciplinado pelo art. 195 A da lei nº 6404/76 e com base no TTD (Tratamento Tributário Diferenciado) na operação de ICMS na região de Santa Catarina.

27. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	2.257.845	2.409.277	5.996.506	5.819.046
Mercado externo	761	24.110	652.766	230.331
	2.258.606	2.433.387	6.649.272	6.049.377
Impostos e outras deduções sobre vendas	(479.474)	(515.676)	(1.198.790)	(1.149.692)
Deduções sobre exportações - Argentina	-	-	(18.883)	(2.397)
Receita líquida de vendas	1.779.132	1.917.711	5.431.599	4.897.288

28. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Matérias-primas, insumos e materiais de uso e consumo	(527.031)	(563.728)	(2.792.537)	(2.355.003)
Despesa com salários, honorários, benefícios e encargos a empregados e administradores	(243.619)	(218.863)	(799.417)	(549.915)
Encargos de depreciação e amortização	(138.443)	(118.186)	(322.978)	(246.977)
Serviços de terceiros	(155.875)	(134.492)	(364.968)	(275.882)
Despesas com fretes de vendas	(92.442)	(105.455)	(235.425)	(215.791)
Outras	(39.785)	(46.103)	(271.431)	(177.221)
	(1.197.195)	(1.186.827)	(4.786.756)	(3.820.789)
Custos e despesas por função:				
Custo dos produtos vendidos (¹)	(839.774)	(832.740)	(3.958.998)	(3.146.906)
Despesas com vendas	(92.442)	(105.455)	(270.857)	(227.927)
Despesas administrativas	(264.979)	(248.632)	(556.901)	(445.956)
	(1.197.195)	(1.186.827)	(4.786.756)	(3.820.789)

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

(¹) Na controladora em 31 de dezembro de 2024 o registro de custos relacionados a pesquisas e desenvolvimento de novos produtos foi de R\$ 5.471 (R\$ 1.371 em 31 de dezembro de 2023. No consolidado registrou o montante de R\$ 58.894 (R\$ 224.773 em 31 de dezembro de 2023).

29. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Reversão (constituição) para demandas judiciais	2.724	(15.330)	5.852	(18.814)
Reversão (constituição) de provisão para passivo ambiental	(1.448)	(1.402)	(10.890)	(7.819)
Reversão (constituição) da provisão para perdas de crédito esperadas	380	(233)	1.872	102
Reversão da provisão de encargos sobre energia elétrica – CDE (¹)	79.668	-	126.157	-
Reversão de provisão de plano de benefícios aos empregados	-	-	(648)	-
Reembolso de passivos ambientais e demandas judiciais	(451)	(92)	(451)	(92)
Títulos a receber, baixados como incobráveis	(2.338)	-	(2.338)	-
Outros custos de bens e direitos alienados	-	-	(4.780)	(4.942)
Impostos retidos - Rateio Corporativo	-	-	(23.159)	-
Perdas com outros créditos a receber	-	-	(1.148)	-
Doações	(5.110)	(9.615)	(5.110)	(9.615)
Adesão parcelamento fiscal	-	(1.642)	-	(2.391)
Impostos recuperados (²)	1.655	1.624	1.354	639
Compensação operacional por direito de preferência (²)	50.000	-	50.000	-
Despesas com estudos de expansão	(52.173)	-	(52.173)	-
Despesas com reorganização	-	-	(39.702)	-
Imposto sobre investimento no exterior	(24.689)	(7.630)	(24.689)	(7.630)
Outras despesas com investimentos	(1.691)	-	(1.691)	(422)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.976)	(5.192)	(8.727)	(6.294)
Total de outras receitas (despesas) operacionais	44.551	(39.512)	9.729	(57.278)

(¹) Reversão de encargos sobre energia elétrica que indicava alta majoração por órgão competente, onde a Companhia obteve decisões judiciais favoráveis.

(²) Refere-se ao reconhecimento de títulos de precatórios

(³) Compensação recebida por ter renunciado ao direito de preferência na aquisição das ações da investida.

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita financeira				
Receitas de equivalentes de caixa e aplicações financeiras	140.688	84.427	179.708	263.025
Juros sobre créditos com empresas relacionadas	6.763	6.875	-	-
Atualizações monetárias ativas	2.836	2.319	5.138	9.557
Atualização monetária sobre crédito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS (¹)	-	-	27.786	40.842
Atualização monetária de títulos de precatórios (²)	22.921	-	22.921	-
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	-	-	237.730	-
Outras receitas financeiras	1.214	8.278	2.039	9.913
	174.422	101.899	475.322	323.337
Despesa financeira				
Juros e demais encargos sobre empréstimos	(408.394)	(253.762)	(348.430)	(180.850)
Juros sobre arrendamento por direito de uso	(891)	(174)	(891)	(174)
Atualizações monetárias passivas	169	(191)	169	(191)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(8.143)	(4.741)	(17.320)	(14.686)
Efeito da aplicação do IAS 29 (hiperinflação)	-	-	-	(138.159)
Outras despesas financeiras	(4.492)	(5.929)	(23.886)	(20.762)
	(421.751)	(264.797)	(390.358)	(354.822)
Variações cambiais, líquidas				
Ganhos (perda) cambiais com ativos financeiros	75.155	(20.053)	141.178	33.271
Ganhos (perdas) cambiais, com passivos financeiros	(2.828)	18.653	(67.117)	184.041
	72.327	(1.400)	74.061	217.312
Resultado financeiro líquido	(175.002)	(164.298)	159.025	185.827

(¹) Atualização monetária sobre os créditos de PIS/Cofins decorrentes da exclusão do ICMS das suas bases de cálculo.

(²) Atualização monetária sobre títulos de precatórios.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

31. Resultado por ação - básico

O resultado básico por ação é calculado pela divisão entre o lucro atribuído aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria, nota 25(d). Não há efeito dilutivo no resultado atribuível aos acionistas.

Tipo de ação	2023		
	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	257.041	35.990	7,1420
Ações Preferenciais Classe A	17.427	2.218	7,8563
Ações Preferenciais Classe B	513.040	65.303	7,8563
Total	787.508	103.511	

Tipo de ação	2024		
	Lucro atribuído aos acionistas	Quantidade média de ações em circulação	Lucro por ação (R\$ por ação)
Ações Ordinárias	180.557	38.180	4,7291
Ações Preferenciais Classe A	12.330	2.370	5,2025
Ações Preferenciais Classe B	362.709	69.725	5,2020
Total	555.596	110.275	

32. Dividendos

Conforme artigo 34 do seu estatuto social, a Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 de Lei nº 6.404/76.

Os cálculos dos dividendos para os exercícios findos 2024 e 2023, assim como as demais destinações do lucro líquido do exercício, são demonstrados a seguir:

a) Dividendos propostos do exercício

	2024	2023
Lucro líquido ao final do exercício	555.596	787.508
(-) Constituição de reserva legal - Nota 26 (a)	(27.780)	-
(-) Reserva incentivo fiscal - Nota 26 (d)	-	(535)
Lucro líquido realizado	527.816	786.973
Dividendos mínimos obrigatórios (25% do lucro líquido ajustado)	131.954	196.743
Dividendos adicionais antecipados	105.052	-
Dividendos propostos do resultado do exercício	237.006	196.743
Saldo remanescente a destinar	290.810	590.230
(-) Reserva especial de dividendos - Nota 26 (b)	(27.780)	-
(-) Reserva para investimentos - Nota 26 (c)	(263.030)	(590.230)

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Dividendos a pagar

	2024	2023
Saldo Inicial	110.416	178.706
Reclassificação para outros compromissos a pagar	-	7
Pagamentos de dividendos sobre o resultado do exercício anterior	(39.780)	(107.658)
Reversão de dividendos prescritos e não reclamados	(31.288)	(2.544)
Dividendos mínimos obrigatórios do resultado do exercício	131.954	196.743
Dividendos mínimos obrigatórios do resultado do exercício - Pagos no ano	(128.894)	(156.729)
Dividendos adicionais sobre o resultado do exercício - Antecipados	105.052	-
Dividendos adicionais sobre o resultado do exercício - Antecipados - Pagos no ano	(102.616)	-
Dividendos intermediários - Utilização de reservas para investimentos	171.302	82.896
Dividendos intermediários - Utilização de reservas para investimentos - Pagos no ano	(167.358)	(81.005)
Saldo final	48.788	110.416

Seguindo as regras estatutárias, os dividendos por ação propostos a cada classe são os seguintes:

Dividendos propostos por tipo de ação:

	Classe de Ação		
	ON	PNA	PNB
Dividendos mínimos obrigatórios do resultado do exercício	1,10	1,21	1,21
Dividendos adicionais sobre o resultado do exercício - Antecipados	0,87	0,96	0,96
Total	1,97	2,17	2,17

33. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Consolidado	
	2024	
	Valor segurado	Vigência
Patrimonial	3.715.380	27/12/2024 à 27/04/2026
Transportes	176.783	30/06/2024 à 30/06/2025
Cibernético	50.000	30/08/2024 à 30/08/2025
Projeto - Fábrica de Camaçari - BA	294.949	10/11/2023 à 28/04/2027
Projeto - PO25	954.000	19/03/2024 à 19/09/2025

34. Gestão de risco e instrumentos financeiros

34.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros quais seja: risco de mercado (incluindo riscos de câmbio, e da taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Unipar se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e de suas controladas.

Os principais riscos financeiros que podem ter um efeito adverso significativo na estratégia da Companhia, no seu desempenho, nos resultados das suas operações e na sua situação financeira

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

são descritos a seguir. Os riscos listados abaixo não são apresentados em uma ordem particular de importância relativa ou probabilidade de ocorrência.

A gestão de risco financeiro é realizada pela tesouraria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração. Toda e qualquer operação de *hedge* ou outra operação que envolva a contratação de instrumentos derivativos, identificada pela tesouraria, com o intuito de proteger a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros, deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração.

34.2. Risco de mercado

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das suas atividades de negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

34.2.1. Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue de forma relevante devido às variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às taxas de juros de suas aplicações financeiras e de seus empréstimos e financiamentos.

Os financiamentos com juros indexados ao TJLP captados junto ao BNDES, com a finalidade de aumento de capacidade de produção, melhoria das instalações e aquisições de máquinas e equipamentos, são compreendidos pela administração da Companhia como baixo risco de volatilidade.

Os demais indexadores que a Administração entende que apresentam maiores riscos de exposição a taxa de juros em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, e estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro sendo demonstrados a seguir de forma líquida.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

Para fins de análise de sensibilidade dos riscos de taxas de juros a Companhia utilizou, para cenários prováveis nas transações indexadas as taxas extraídas do relatório Focus de 10 de janeiro de 2025.

A análise foi feita para o horizonte de três meses e demonstra a variação no resultado considerando as exposições líquidas informadas.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa CDI				
Caixa e Equivalentes de caixa	486.894	779.074	837.776	1.296.866
Aplicações financeiras	353.435	342.014	738.981	470.153
Empréstimos e financiamentos	(2.939.537)	(2.782.149)	(2.088.805)	(2.026.237)
Total	(2.099.208)	(1.661.061)	(512.048)	(259.218)
Exposição líquida de ativos e passivos à taxa IPCA				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(7.496)	(14.285)
Total	-	-	(7.496)	(14.285)

Unipar Carbocloro S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Os cenários foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente em relação à expectativa provável.

Controladora		Taxa Cenário Atual	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição de contratos	Risco		Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado
CDI	Aumento/ (Redução)	12,15%	15,00%	(13.810)	18,75%	(17.863)	22,50%	(35.111)
Consolidado		Taxa Cenário Atual	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição de contratos	Risco		Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado	Taxa	Efeito líquido no resultado
CDI	Aumento/ (Redução)	12,15%	15,00%	(3.911)	18,75%	(5.254)	22,50%	(9.844)
IPCA	Aumento/ (Redução)	4,83%	5,00%	(3)	6,25%	(23)	7,50%	(45)
				<u>(3.914)</u>		<u>(5.277)</u>		<u>(9.889)</u>

34.2.2. Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão suscetíveis a este risco em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras. O risco cambial refere-se principalmente às variações do dólar norte-americano.

Como controle interno, a Tesouraria informa periodicamente à Diretoria sobre as posições e exposições ao câmbio, tanto para ativos e passivos lastreados e indexados às moedas estrangeiras quanto para instrumentos derivativos, quando contratados. A Companhia gerencia o risco de variação cambial através do monitoramento de taxas de câmbio e curvas de mercado.

A Companhia entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição cambial em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 demonstrados a seguir, estão de acordo com a Política de Gestão de risco financeiro e são representativas da exposição naquela data.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)				
Caixa e Equivalentes de caixa	-	-	619	7
Contas a receber de clientes	-	1.119	200.813	84.573
Créditos com empresas ligadas	251.050	230.805	-	-
Adiantamentos de Imobilizado	-	66.639	-	66.639
Outros ativos circulantes	12	5	2.917	4.790
Fornecedores	(12.792)	(14.201)	(106.041)	(97.496)
Outros passivos circulantes	(11)	(9)	(14.504)	(9.999)
Outros passivos não circulantes	-	-	(127)	(35)
Total	238.259	284.358	83.677	48.479

Análise de sensibilidade da taxa cambial

Para fins de análise de sensibilidade nas transações que envolvem exposição à variação cambial, a Companhia utilizou a taxa PTAX Venda válida para 14 de janeiro de 2025, divulgada no Banco Central para o cenário provável.

A análise foi feita para o horizonte de três meses sobre os saldos expostos de forma líquida e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurando o diferencial de juros e variação cambial para cada um dos cenários projetados.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, em relação à expectativa provável, conforme demonstrado a seguir:

Unipar Carbocloro S.A.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Exposição líquida de ativos e passivos ao US\$ (Dólar Americano)

Controladora		Câmbio atual	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição R\$	Risco		Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	6,1923	6,0671	(4.817)	4,5503	(59.565)	3,0336	(119.130)

Consolidado		Câmbio atual	Cenário Provável		Cenário I variação de 25%		Cenário II variação de 50%	
Exposição R\$	Risco		Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado	Câmbio	Efeito líquido no resultado
Exposição Líquida	Aumento/ (Redução)	6,1923	6,0671	(1.692)	4,5503	(20.919)	3,0336	(41.839)

34.3. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro.

As contas a receber de clientes representam valores devidos pelos clientes da Companhia e suas controladas, relacionados à venda de seus produtos. O risco sobre estes montantes é determinado por meio da aplicação das políticas internas da Companhia. Quando o risco de crédito é considerado alto, constitui-se provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em relação ao contas a receber, com saldo no final de 31 de dezembro de 2024 de R\$ 622.752 (em 31 de dezembro de 2023 R\$ 338.364). A provisão para perdas de créditos esperadas totalizou R\$ 32.724 em 31 de dezembro de 2024 (em dezembro de 2023 R\$ 33.743). Adicionalmente, não há clientes que representam mais de 10% do saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024.

Todos os ativos financeiros da Companhia e suas controladas estão em entidades de primeira linha em relação a risco de crédito.

34.4. Risco de Liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros a serem liquidados pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os passivos financeiros derivativos, quando contratados, estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento das saídas de fluxos de caixa para os períodos indicados.

Os valores divulgados no quadro abaixo apresentam o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos:

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Controladora				
Em 31 de dezembro 2024				
Empréstimos	283.334	25.594	1.599.972	1.232.133
Arrendamento por direito de uso	1.655	1.897	4.424	3.987
Fornecedores	126.494	-	-	-
Em 31 de dezembro 2023				
Empréstimos	404.151	261.499	1.366.500	750.000
Arrendamento por direito de uso	948	1.079	3.913	4.026
Fornecedores	65.272	-	-	-
Consolidado				
Em 31 de dezembro 2024				
Empréstimos	95.286	28.200	1.210.229	972.304
Arrendamento por direito de uso	1.655	1.897	4.424	3.987
Fornecedores	460.244	-	-	-
Em 31 de dezembro 2023				
Empréstimos	415.411	166.278	719.732	750.000
Arrendamento por direito de uso	948	1.079	3.913	4.025
Fornecedores	317.795	-	-	-

34.5. Gestão do capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira relacionado com o patrimônio líquido.

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debentures subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a nenhuma exigência externa sobre o capital.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro de 2023, podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Total dos empréstimos (Nota 17)	3.141.033	2.782.150	2.306.019	2.051.421
Menos - caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	(486.894)	(779.328)	(845.342)	(1.343.204)
Menos - aplicações financeiras (Nota 5)	(353.435)	(342.014)	(739.440)	(802.709)
Dívida líquida (Ativos) financeiros líquidos	2.300.704	1.660.808	721.237	(94.492)
Total do patrimônio líquido (¹)	2.790.457	2.422.333	2.813.929	2.447.852
Índice de alavancagem financeira - %	82,45	68,56	25,63	(3,86)
Menos - Créditos com empresas ligadas (Nota 10)	(251.050)	(230.805)	-	-
Dívida líquida com créditos empresas ligadas	2.049.654	1.430.003	721.237	(94.492)
Índice de alavancagem financeira créditos com empresas ligadas - %	73,54	59,03	25,63	(3,86)

(¹) Patrimônio líquido atribuível aos controladores da Companhia.

34.6. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (menos a provisão para perdas de crédito esperadas) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos aos seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que segue significativa á mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e, na avaliação da Administração, os seus valores contábeis são próximos aos seus valores justos.

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa	4	486.894	779.328	845.342	1.343.204
Aplicações financeiras	5	353.435	342.014	739.440	802.709
Contas a receber	6	216.269	220.661	590.028	341.044
Créditos com empresas ligadas	10	251.050	230.805	-	-
Total		1.307.648	1.572.808	2.174.810	2.486.957
Passivos					
Custo amortizado					
Empréstimos	17	(3.141.033)	(2.782.150)	(2.306.019)	(2.051.421)
Fornecedores	16	(126.494)	(65.272)	(460.244)	(317.795)
Total		(3.267.527)	(2.847.422)	(2.766.263)	(2.369.216)

35. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

Transações ocorridas sem desembolso de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Transações ocorridas na compra de ativo imobilizado	61.372	14.802	75.814	31.480

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

36. Informação por segmento

A Administração da Companhia, responsável por tomar decisões operacionais, alocação de recursos, avaliação de desempenho e tomada das decisões estratégicas, analisa a Companhia como segmento operacional único, considerando principalmente que os processos de produção e natureza dos produtos são similares.

Para fins de análise e gerenciamento das operações, a estrutura organizacional da Companhia contempla as seguintes áreas geográficas:

Brasil: inclui as atividades relacionadas à produção e comercialização de cloro, soda, hipoclorito de sódio, ácido clorídrico e PVC (policloreto de vinila), nas unidades de fabricação localizadas em Cubatão/SP, Santo André/SP e Camaçari/BA.

Argentina: inclui as atividades relacionadas à produção e comercialização dos mesmos produtos descritos acima na unidade de fabricação localizada em Bahia Blanca/ Província de Buenos Aires.

As informações por área geográfica, a seguir apresentadas, são geradas a partir dos registros contábeis que estão refletidos nas demonstrações financeiras. A coluna de eliminações e reclassificações é representada, principalmente, pelas operações de compra e venda entre os países e pelo efeito de eliminação do investimento da Controladora na controlada Unipar Argentina.

	Áreas geográficas						Consolidado	
	Operação no Brasil		Operação na Argentina		Eliminações e reclassificações		2024	2023
	2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Receita operacional líquida	3.938.864	3.883.141	1.772.341	1.123.299	(279.606)	(109.152)	5.431.599	4.897.288
Ativo não circulante	6.063.750	5.123.297	3.525.211	2.845.499	(5.996.706)	(5.258.427)	3.592.255	2.710.369

A receita operacional líquida de clientes nos países em que estão domiciliados é assim demonstrada:

Receita operacional líquida	2024	2023
Argentina	1.252.768	1.000.067
Brasil	3.964.626	3.744.929
Outros	214.107	152.292
	5.431.501	4.897.288

Não há cliente externo que represente mais do que 10% da receita operacional líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

Notas explicativas da Administração
às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

37. Eventos subsequentes

Em 21 de janeiro de 2025 foi emitida a fiança bancária no valor de R\$ 672.997 como garantia do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social “BNDES”, financiamento destinado ao projeto *Phase Out* na unidade industrial de Cubatão-SP.

Em 31 de janeiro de 2025 houve a captação de R\$ 48.580 referente a segunda liberação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil “BNB”, financiamento destinado ao projeto de construção da unidade industrial localizada em Camaçari-BA.

Em 13 de março de 2025 foi aprovado em reunião do conselho de Administração a proposta de dividendos no montante de R\$ 250.000. Esta distribuição contribui para regularização das reservas de lucros da Companhia que ficou acima de seu capital social em 31 de dezembro 2024.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Prezados Acionistas,

A Administração da Unipar Carbocloro S.A. (“Companhia” ou “Unipar”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, normas emitidas pela CVM e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PERFIL

A UNIPAR CARBOCLORO S.A. (B3: UNIP3, UNIP5 e UNIP6), (Fitch Ratings: AA+ (bra)) (“Unipar”, “Companhia”), é uma empresa de origem brasileira, constituída em 28 de maio de 1969 com atuação no segmento químico e petroquímico através de quatro unidades produtivas localizadas estrategicamente em Cubatão (SP/Brasil), Santo André (SP/Brasil), Camaçari (BA/Brasil) e Bahía Blanca (Argentina) para atender à demanda do Brasil e de outros países. A Unipar também possui participações na Solalban, empresa de geração de energia na Argentina, Tucano Holdings e Veleiros Holdings, empresas de geração eólica de energia e Lar do Sol, empresa de geração solar de energia no Brasil.

Com atuação em setores de capital intensivo, a Unipar, desde sua fundação, contribui com o desenvolvimento industrial do Brasil, tendo o mercado de capitais e bancário como fontes de recursos financeiros e busca continuamente geração de valor aos seus acionistas e demais stakeholders. A empresa se destaca como a maior produtora de cloro/soda da América do Sul e a segunda maior na produção de PVC (policloreto de vinila), produzindo, também, o hipoclorito de sódio, ácido clorídrico, além do dicloroetano e o monocloreto de vinila, ambos utilizados exclusivamente na produção do PVC. Os produtos da Unipar são insumos para as indústrias têxteis, de papel e celulose, alimentos, bebidas, remédios, construção civil, desinfetantes e tratamento de água, dentre outros.

A empresa conta com cerca de 1.400 colaboradores e possui as certificações internacionais ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001 e o Atuação Responsável® para suas três plantas, tendo sido pioneira em questões de segurança e proteção ambiental. A Companhia busca assegurar transparência e equidade na divulgação de suas informações e está comprometida com as boas práticas de governança corporativa.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2024, a ABIQUIM (Associação Brasileira da Indústria Química) indicou uma utilização de capacidade instalada média para a indústria química em geral de 64% no ano, próximo ao percentual registrado no ano anterior. Em outubro/2024, entrou em vigor a Resolução Gecex nº 648 que alterou a alíquota de importação de alguns produtos químicos pelo prazo de um ano. Na lista consta o PVC suspensão (PVC-S), cuja alíquota de importação foi alterada de 12,6% para 20,0%, com vigência por 12 meses (entre outubro/24 e outubro/25).

Com relação às referências de preços internacionais, o preço médio da soda líquida (*US Gulf Coast, spot, export*) ao final de 2024 foi 31% inferior ao do início de 2023, refletindo o ciclo de baixa decorrente do desequilíbrio na relação oferta x demanda global, que foi acentuado durante 2023. Para o PVC, o preço médio internacional (*US Gulf Coast, spot, export*) ao final de 2024 ficou 15% abaixo da média do início de 2023, também influenciado pelo desequilíbrio entre oferta x demanda global e que se traduz na redução dos spreads comerciais.

O principal indicador operacional das plantas da Unipar é a utilização da capacidade instalada das unidades de eletrólise. Em 2024, o índice de utilização médio das unidades de eletrólise da Unipar

situou-se em 82%, em linha com o registrado no ano anterior, mesmo em um ambiente desafiador para o setor químico e para a economia argentina. A nova planta de Camaçari entrou em operação em dezembro/2024 e se encontra em período de avanço gradual da utilização.

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita Operacional Líquida Consolidada em 2024 atingiu R\$ 5.431 milhões, 11% acima de 2023, influenciada positivamente pelo maior volume de vendas no Brasil e desvalorização cambial no Brasil, mas negativamente pela redução nos preços internacionais e menor volume de vendas na Argentina.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV)

O CPV foi R\$ 3.959 milhões, 24% superior ao registrado em 2023, devido a aumentos nos preços das matérias-primas e efeitos adversos da desvalorização cambial no Brasil, tendo afetado principalmente o etileno e o sal.

DESPESAS E EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

As despesas com vendas consolidadas somaram R\$ 271 milhões, 19% acima de 2023. As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 557 milhões, 25% superior a 2023, onde estão incluídas despesas com consultorias jurídicas e estratégicas.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas consolidadas corresponderam a uma receita de R\$ 10 milhões em 2024, influenciadas por eventos não recorrentes, tais como: reversão da provisão do CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), embasada por parecer jurídico independente, e compensação operacional recebida em renúncia de direito de preferência de investida, parcialmente compensadas por despesas com estudos de expansão e despesas com reestruturação organizacional. O resultado de equivalência patrimonial consolidado, referente aos resultados de participação nas empresas de energia Solalban, Tucano Holdings III, Lar do Sol e Veleiros foi negativo em R\$ 30 milhões em 2024.

EBITDA (calculado de acordo com a Resolução CVM nº 156/2022)

O EBITDA Consolidado em 2024 ficou em R\$ 948 milhões, 23% inferior a 2023, decorrente dos resultados operacionais no período, impactados pela atual conjuntura do setor químico e forte concorrência com importações, parcialmente compensado pelos eventos não recorrentes positivos no período.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido Consolidado foi positivo em R\$ 160 milhões em 2024, decorrente, principalmente de ganhos cambiais com ativos financeiros e efeito positivo da aplicação do IAS 29.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2024, o lucro líquido ficou em R\$ 557 milhões, 30% inferior a 2023 devido, principalmente, aos efeitos do ciclo de baixa petroquímico nas margens dos produtos comercializados pela Companhia ao longo do ano.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou Dívida Líquida Consolidada de R\$ 721 milhões, com uma Dívida Bruta de R\$ 2.306 milhões e disponibilidade de caixa de R\$ 1.585 milhões. Ao longo do ano, a Companhia realizou a 9ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 750 milhões, dividida em três séries. A série mais longa chegou a 10 anos, prazo inédito em emissões

Relatório da Administração

da Unipar. Parte relevante dos recursos captados foi destinado ao resgate parcial de dívidas de prazo mais curto, como as debêntures da 5ª e 6ª emissões, a 2ª série de 3ª emissão de notas promissórias e a 2ª emissão de notas comerciais no processo de *liability management* para melhoria do perfil de dívida da Companhia, no montante total de R\$ 967 milhões.

Em novembro/2024, houve a aprovação de financiamento BNDES para o projeto de modernização tecnológica da planta de Cubatão/SP, no montante de R\$ 673 milhões através do Fundo Clima e FINEM – Meio Ambiente, complementando a linha de crédito contratada em dólares americanos (USD) junto à ECA (*Export Credit Agency*) reembolsável pela Euler Hermes no valor de US\$ 42 milhões pelo prazo de 12 anos para financiamento do mesmo projeto de investimento.

O Programa Fundo Clima – apoio a projetos relacionados à redução de emissões de gases do efeito estufa e à adaptação às mudanças do clima – permitirá à Unipar acessar a linha de crédito de até R\$ 400,0 milhões com prazo de 16 anos e taxa de juros de 7,53% a.a (pré-fixado). O FINEM – Meio Ambiente (Eficiência Energética), destinado a investimentos em sustentabilidade, permitirá o acesso à linha de crédito de até R\$ 272,9 milhões com prazo de 20 anos e taxa de juros de TLP+1,1% a.a. Os desembolsos ocorrerão em 2025.

A Companhia, também, recebeu a aprovação de financiamento BNB para a planta de Camaçari/BA, no montante total de R\$ 203 milhões, dos quais R\$ 154 milhões já foram desembolsados em 2024.

SUSTENTABILIDADE

A Sustentabilidade é um dos valores da Unipar, nos quais também estão incluídos Protagonismo, Ética e Credibilidade, Respeito às Pessoas e Excelência e Qualidade em ser a primeira escolha do cliente. A geração de valor com sustentabilidade envolve todos os *stakeholders* e a Companhia está comprometida em atuar com responsabilidade na saúde, segurança e meio ambiente, com foco na perpetuação do negócio no longo prazo.

No ano de 2024, a Unipar celebrou seus 55 anos com muito orgulho, consolidando sua posição no setor e com o objetivo de construir um futuro sustentável e próspero. Dentre as ações desenvolvidas no ano, destaca-se o Projeto de Modernização Tecnológica na Fábrica de Cubatão, a ser concluído até final de 2025. O projeto, que substituirá as tecnologias de mercúrio e diafragma por uso exclusivo de membrana na produção de cloro e soda cáustica e foi enquadrado nas linhas de crédito do BNDES destinadas a impulsionar a eficiência energética e a transição energética para tecnologias de baixo carbono, no âmbito da Indústria Verde e adequadas ao Arcabouço Brasileiro para Títulos Soberanos Sustentáveis com Fundo Clima e FINEM - Meio Ambiente em consonância à ISO 14064-2.

O início das operações na nova planta em Camaçari/BA, em dezembro/2024, é um destaque nas operações e na utilização da mais moderna e ecoeficiente tecnologia de produção de cloro e soda cáustica.

No âmbito da de energia renovável, a Unipar possui parceria em três projetos de energia - Complexo Eólico Tucano, Complexo Lar do Sol e Complexo Eólico Cajuína – que geraram, ao final de 2024, o volume de energia de autoprodução mensal equivalente a 66% do consumo nas plantas de Cubatão e Santo André no Brasil.

No âmbito de Pessoas, pelo terceiro ano consecutivo, a Unipar renovou o selo GPTW (*Great Place to Work*) e conquistou uma nova certificação, a *Great People Mental Health* (GPMH), assegurando que o ambiente de trabalho e times são emocionalmente saudáveis, o que empodera a cultura de bem-estar promovida na Unipar.

DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 17 de abril de 2025 está prevista, dentre outros assuntos, a ratificação das distribuições de dividendos deliberadas pelo Conselho de Administração

Relatório da Administração

da Companhia em novembro/2024 e março/2025, nos valores de R\$ 132 milhões (correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado), R\$ 105 milhões (como dividendos adicionais) e R\$ 313 milhões (provenientes de reserva de lucros), perfazendo o montante total de R\$ 550 milhões.

DECLARAÇÕES DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, inciso V e VI da Resolução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

A ADMINISTRAÇÃO

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM CVM Nº 80/2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com estas demonstrações financeiras.

São Paulo, 13 de março de 2025

Rodrigo Cannaval
Diretor Presidente

Alexandre Jerussalmy
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ricardo Rodrigues Congro
Diretor

Alexandre de Castro
Diretor

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM Nº 80/2022 a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes referentes às mesmas.

São Paulo, 13 de março de 2025

Rodrigo Cannaval
Diretor Presidente

Alexandre Jerussalmy
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ricardo Rodrigues Congro
Diretor

Alexandre de Castro
Diretor

Parecer do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria analisaram as Demonstrações Financeiras da Unipar Carbocloro S.A., relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, com as correspondentes Notas Explicativas, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, ambos emitidos em 13 de março de 2025, e o Parecer do Conselho Fiscal, emitido em 12 de março de 2025.

Foram discutidos e esclarecidos pela Diretoria todos os assuntos levantados pelos membros do Comitê de Auditoria, que contou com a presença ainda dos auditores externos (EY), conforme ata de reunião realizada em 11 de março de 2025.

Não há divergência entre a administração da Companhia e os auditores externos em relação ao tratamento dado nas Demonstrações Financeiras, conforme nos foi relatado em reunião realizada em 11 de março de 2025.

A Diretoria da Companhia informou, ainda, não haver sido requeridos pela Auditoria Independente ajustes materiais nas Demonstrações Financeiras que devessem ser comunicadas ao Comitê de Auditoria, bem como a inexistência de divergência entre os Auditores Independentes e a Administração que demandasse a atuação deste Comitê, informação essa confirmada em reuniões realizadas pelo coordenador do comitê de auditoria com os auditores externos durante o processo de acompanhamento dos trabalhos de auditoria.

Em razão do acima exposto, os membros do Comitê opinam, por unanimidade, que os documentos acima elencados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e recomendam a aprovação, sem ressalvas, destes documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 11 de março de 2025

João Guilherme de Andrade Só Consiglio

Coordenador

Humberto Rapussi

Membro

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Unipar Carbocloro S.A., no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do artigo 163, incisos II e VII, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S.A.”), em reunião realizada nesta data, procedeu ao exame e análise (i) do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do parecer da empresa de auditoria independente Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia; e (ii) da Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024, elaborada pela Diretoria, incluindo a ratificação da distribuição de dividendos já declarados pelo Conselho de Administração. O Conselho Fiscal concluiu que tais documentos e proposta foram regularmente elaboradas e, portanto, recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das S.A., bem como opinam favoravelmente à aprovação do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 12 de março de 2025

João Cláudio Zola

Presidente do Conselho Fiscal

Paulo Henrique Zukanovich Funchal

Conselheiro

Clovis Hideaki Ikeda

Conselheiro

Silvio de Sousa Pinheiro

Conselheiro

Felipe Camera Ruiz

Conselheiro